

SOCIOLOGIAS

Colecção coordenada por Rui Pena Pires

TÍTULOS PUBLICADOS

Pierre Bourdieu
RAZÕES PRÁTICAS: SOBRE A TEORIA DA ACÇÃO

Manuel Villaverde Cabral
CIDADANIA POLÍTICA E EQUIDADE SOCIAL EM PORTUGAL

Gustavo Cardoso
PARA UMA SOCIOLOGIA DO CIBERESPAÇO: COMUNIDADES VIRTUAIS EM PORTUGUÊS

Charles Crothers
ROBERT K. MERTON

Samuel N. Eisenstadt
FUNDAMENTALISMO E MODERNIDADE

Norbert Elias
TEORIA SIMBÓLICA

Ana Alexandre Fernandes
VELHICE E SOCIEDADE: DEMOGRAFIA, FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS EM PORTUGAL

Carlos Fortuna
CIDADE, CULTURA E GLOBALIZAÇÃO

Anthony Giddens
AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE (4.ª edição)

Anthony Giddens
MODERNIDADE E IDENTIDADE PESSOAL (2.ª edição)

Anthony Giddens
POLÍTICA, SOCIOLOGIA E TEORIA SOCIAL

Anthony Giddens
TRANSFORMAÇÕES DA INTIMIDADE (2.ª edição)

Maria das Dores Guerreiro
FAMÍLIAS NA ACTIVIDADE EMPRESARIAL: PME EM PORTUGAL

Jorge Correia Jesuino (coord.) et al.
A COMUNIDADE CIENTÍFICA PORTUGUESA NOS FINAIS DO SÉCULO XX

Ramesh Mishra
O ESTADO-PROVIDÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Juan Mozzicafreddo
ESTADO-PROVIDÊNCIA E CIDADANIA EM PORTUGAL

Patrick Murphy, John Williams e Eric Dunning
O FUTEBOL NO BANCO DOS RÉUS: VIOLÊNCIA DOS ESPECTADORES NUM DESPORTO EM MUDANÇA

Frank Parkin
MAX WEBER

Paulo Pedroso
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Mike Reed
SOCIOLOGIA DA GESTÃO

Maria de Lurdes Rodrigues
SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

Ana de Saint-Maurice
IDENTIDADES RECONSTRUÍDAS: OS CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

Pierre Sorlin
MASS MEDIA

Anália Cardoso Torres
DIVÓRCIO EM PORTUGAL, DITOS E INTERDITOS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

José Manuel Leite Viegas
NACIONALIZAÇÕES E PRIVATIZAÇÕES: ELITES E CULTURA POLÍTICA

21099 512.441

JOSE MANUEL LEITE VIEGAS
E ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA
(ORGANIZADORES)

PORTUGAL, QUE MODERNIDADE?

Ana Nunes de ALMEIDA
Luís CAPUCHA
Graça CARAPINHEIRO
Ídalina CONDE
António Firmino da COSTA
João FREIRE
Maria das Dores GUERREIRO
Aida Valadas de LIMA
Cristina LOBO
Fernando Luís MACHADO
Juan MOZZICAFREDDO
Manuela REIS
Maria de Lurdes RODRIGUES
João SEBASTIÃO
Anália Cardoso TORRES
José Manuel Leite VIEGAS
Karin WALL

CELTA EDITORA
OEIRAS / 1998

© 1998, CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia)

José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (organizadores)
Portugal, que Modernidade?

Primeira edição portuguesa: Março de 1998

Tiragem: 1000 exemplares

Revisão de texto: G. Ayala Monteiro

ISBN: 972-8027-90-7

Depósito legal: 120769/98

Composição: Celta Editora, em caracteres Palatino, corpo 10

Capa: Mário Vaz / Celta Editora

Ilustração da capa: Amadeo de Souza-Cardoso (1887-1918), *Mucha*, c. 1915,
tela a óleo, 27,5x21,5 cm, Col. Camjap, reg.^o 482,

por cortesia do Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão,

Fundação Calouste Gulbenkian

Fotólitos, impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda.

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor,
por Celta Editora, Lda, Apartado 151, 2780 Oeiras.

PLANO DA OBRA

INTRODUÇÃO	1
<i>José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa</i>	
1 PROCESSOS DE UMA MODERNIDADE INACABADA	17
<i>Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa</i>	
2 RELAÇÕES FAMILIARES: MUDANÇA E DIVERSIDADE	45
<i>Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall</i>	
3 CONTEXTOS, CULTURAS, IDENTIDADES	79
<i>Idalina Conde</i>	
4 ELITES E CULTURA POLÍTICA	121
<i>José Manuel Leite Viegas</i>	
5 PROFISSÕES: PROTAGONISMOS E ESTRATÉGIAS	147
<i>Graça Carapinheiro e Maria de Lurdes Rodrigues</i>	
6 ARTISTAS E CIENTISTAS: RETRATO COMUM	165
<i>Idalina Conde</i>	

A produção editorial deste livro teve o apelo do Ministério da Ciência e Tecnologia

*Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro
Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall*

A que tipo de mudanças tem correspondido, na esfera familiar, o conjunto de transformações ocorridas em Portugal a partir da década de 60? Em que medida essas mudanças aproximam as famílias, na sociedade portuguesa, das famílias que encontramos nas sociedades mais modernizadas? Apresentaremos algumas especificidades face a outros países europeus ou seguimos, pura e simplesmente, as tendências evolutivas desses países? E se tais especificidades existem são elas sinónimo de práticas e valores familiares tradicionalistas, por referência aos que se apontam como caracterizadores da instituição familiar da modernidade? De que modo se fazem sentir as mutações da família nos papéis femininos ou, numa outra perspectiva, de que forma se repercutem nas relações familiares alterações ocorridas nos papéis sociais das mulheres? Como são interpretáveis, no plano sociológico, os factos que no discurso mediático a propósito da família — numas alturas mais, noutras menos, num tom ora acentuador do sentido de negatividade, ora dos aspectos positivos — são apontados como reveladores da crise da família, da sua perda de funções, da incapacidade de contribuir para a integração social dos seus membros ou, então, como sintoma de que a família actual, liberta de constrangimentos outrora decorrentes dos laços de parentesco, favorece relações afectivas mais genuínas, constitui um espaço onde se manifestam os “verdadeiros” sentimentos individuais, confere a todos os membros que a compõem uma efectiva autonomia? Caminhamos, afinal, para um novo modelo de família ou assistimos antes à coexistência de uma pluralidade de formas familiares?

Tendo por base várias investigações desenvolvidas no âmbito da sociologia da família e de áreas afins sobre a sociedade portuguesa, e com apoio num conjunto de dados estatísticos actualizados, procura-se aqui encontrar respostas para as interrogações formuladas. Em primeiro lugar, procede-se à análise dos principais indicadores estruturais das dinâmicas familiares, estuda-se a respectiva evolução desde os anos 60 até ao presente, estabelecem-

-se comparações regionais e internacionais; seguidamente, a partir das pesquisas que em Portugal se têm centrado sobre diferentes meios sociais e familiares, salienta-se o que caracteriza as famílias estudadas no que respeita às trajectórias percorridas, às estratégias delineadas, à condução dos seus modos de vida; o texto debruça-se, por fim, sobre as questões da conjugalidade, da divórcio e da recomposição familiar, ao nível das práticas e respectiva evolução, mas também no plano dos valores e representações que acerca destes aspectos tendem a predominar entre os portugueses.

Indicadores estruturais das dinâmicas familiares

Estruturas familiares em mudança

Desde os anos 70 que a família em Portugal regista algumas transformações profundas. São os indicadores demográficos que nos fornecem os indícios mais sugestivos das mudanças em curso (ver quadro 2.1). A taxa de *nupcialidade*, depois de subir regularmente desde 1960 até meados dos anos 70, entra em acentuada queda até ao presente (onde toma o valor de 6,4 por mil em 1996). Também a percentagem de casamentos civis não tem parado de progredir desde 1960 e mais acentuadamente desde os anos 70 e, por outro lado, nascem cada vez mais crianças fora do casamento, isto é, de pais que não estão casados. Este último indicador aponta, se bem que indirectamente, para a existência mais frequente, sobretudo na Grande Lisboa e no Sul do país, de modos alternativos de viver a conjugalidade: as "uniões de facto", a sucessão de relações temporárias com coabitação, a vida a dois sem coabitação. Quanto à idade média de entrada no primeiro casamento, sempre mais elevada entre os homens, baixa entre os anos 70 e 80, para voltar a subir até aos dias de hoje; é um facto que se prende, entre outros, com o alongamento da formação escolar e do correspondente atraso de entrada na vida adulta activa.

Acompanhando as formas mais diversificadas de entrar e de viver a conjugalidade, a frequência do *divórcio* aumenta em Portugal (Torres, 1996), desde a década de 70 até ao presente, com uma expressão numérica elevada na Grande Lisboa, acima da média na península de Setúbal, no Grande Porto, no Litoral Centro e no Algarve e com uma expressão mais modesta, que tem vindo a aumentar, nas outras regiões do país (quadro 2.2). A incidência do divórcio também é maior em certos grupos socioprofissionais.

No que se refere à *fecundidade* nas duas últimas décadas, os sinais de mudança são radicais. As elevadas taxas de natalidade e de fecundidade dos anos 60, e ainda relativamente altas nos anos 70, caem para níveis baixíssimos nos anos 80 e 90 (quadro 2.1). O fenómeno da baixa é generalizado e a variação actual entre regiões insignificante, quando comparada com os contrastes profundos que marcavam o país no passado (onde o espaço constitui-

do pelos distritos de Porto, Braga, Viana, Aveiro, Bragança e Viseu, com valores máximos, se opunha aos distritos meridionais) (Almeida *et al.*, 1995). A queda da fecundidade evidencia como as práticas de controlo dos nascimentos se generalizaram maciçamente na sociedade portuguesa e, com elas, novas formas de encarar o casamento e o lugar dos filhos: por um lado, viver em casal não implica necessariamente ter filhos, mesmo se uma proporção elevada dos portugueses (65%) considera que "ter filhos" é muito importante para a felicidade do casamento (Almeida e Guerreiro, 1993: 181-219), por outro lado, a criança ocupa um lugar privilegiado e mais protegido, com investimentos elevados no plano dos afectos, do bem-estar material que as gerações anteriores não tiveram, de percursos escolares longos tendo em vista a inserção e a promoção socioprofissional. A função instrumental da criança, de contribuição para o trabalho e para o rendimento da família e, durante a velhice dos pais, de amparo e protecção recua e dilui-se nesse outro ideal de uma infância protegida. Mas não se apaga, como não é de surpreender, numa sociedade com baixos níveis de protecção social, onde existem numerosas famílias com dificuldades económicas e baixíssimos níveis de escolaridade e onde, tradicionalmente, os laços familiares mobilizam e alimentam as solidariedades intergeracionais.

Duas outras importantes transformações ocorridas, a par das mudanças que temos vindo a analisar, de um modo ou de outro relacionadas com as alterações da família, dizem respeito à presença das mulheres no mercado de trabalho e à escolaridade feminina. Desde 1960 até agora o volume de mulheres activas não tem cessado de aumentar. Representando nessa altura 13,1%, em 1996 exerciam actividade profissional 42,2% das mulheres portuguesas, valores estes com tendência para continuarem a crescer. Por outro lado, as idades em que as mulheres trabalham mais intensamente também têm registado mutações. Nos anos 60, era a faixa etária dos 15 aos 19 anos aquela que atingia maiores percentagens de actividade feminina — em grande parte dos casos antes do casamento e do nascimento dos filhos; à data do último censo da população, porém, o valor modal da presença feminina no mercado de trabalho avança para os 25-29 anos, aparentemente indiferente ao matrimónio, às responsabilidades da maternidade, bem como à falta de estruturas oficiais de apoio à família. E o conjunto das mulheres activas mantém-se com percentagens elevadas até uma idade relativamente tardia (figura 2.1).

Não deixará de pesar como elemento explicativo — certamente entre outros — deste forte aumento da participação feminina no mercado de emprego o facto de terem ocorrido importantes evoluções nos níveis de escolaridade atingidos pelas mulheres em Portugal. Tradicionalmente menos escolarizadas que os homens (Guerreiro, 1993), começaram a aproximar-se das médias nacionais de escolaridade obrigatória a partir de meados deste século, para, em 1991, na população de 20 ou mais anos, registarem valores

Quadro 2.1 Evolução das estruturas familiares, 1960-1996

	1960	1970	1981	1991	1993	1996
Casamento						
Taxa de nupcialidade ¹	7,8	9,4	7,8	7,3	6,9	6,4
Idade média do homem ao 1.º casamento	26,9	26,6	25,4	26,2	26,4	28,8
Idade média da mulher ao 1.º casamento	24,8	24,3	23,3	24,2	24,5	26,2
Coabitação (%) ²	—	—	—	2,0	—	—
Casamentos católicos (%)	90,7	86,6	74,6	72,0	70,8	66,5
Divórcio						
Taxa de divórcio ³	0,1	0,1	0,7	1,1	1,2	1,3
Fecundidade						
Taxas de natalidade	24,1	20,1	15,4	11,8	11,5	11,1
Índice sintético de fecundidade ⁴	3,2	3,0	2,1	1,6	1,5	1,4
Taxa de fecundidade ⁵	94,9	86,6	63,9	47,2	44,4	42,8
Nascimentos fora do casamento (%) ⁶	9,5	7,3	9,5	15,6	17,0	18,7
Mercado de trabalho						
Taxa de actividade masculina	63,8	62,1	57,1	54,3	55,2	55,4
Taxa de actividade feminina	13,1	19,0	29,0	35,5	41,4	42,2
25-29 anos	19,8	33,1	62,4	74,1	78,5	81,2
30-34 anos	16,6	29,0	56,3	72,3	79,3	80,9
35-39 anos	15,3	23,1	49,2	69,0	78,7	80,3
Escolaridade						
<i>População com 20 ou + anos</i>						
Ciclo preparatório ou ensino secundário	3,9	9,3	22,4	29,2	—	—
Homens	5,0	11,3	26,9	33,4	—	—
Mulheres	3,0	7,6	18,5	27,2	—	—
Ensino médio ou superior	1,2	2,3	3,8	8,9	—	—
Homens	2,0	3,3	3,7	8,9	—	—
Mulheres	0,5	1,5	3,8	8,8	—	—
<i>População de 20-29 anos</i>						
Ciclo preparatório ou ensino secundário	6,3	16,6	45,6	58,4	—	—
Homens	7,3	18,9	47,0	60,9	—	—
Mulheres	5,4	14,6	44,4	55,9	—	—
Ensino médio ou superior	1,7	4,4	4,5	13,0	—	—
Homens	2,4	5,3	3,4	11,6	—	—
Mulheres	1,0	3,6	5,7	14,2	—	—
Agregado doméstico						
Dimensão média	3,8	3,7	3,4	3,1	—	—
Porcentagem de agregados com mais de cinco pessoas	17,1	15,9	10,6	6,6	—	—

Tipo de agregado doméstico⁷

Agregados domésticos sem núcleo familiar	16,4	—	—	16,6	—	—
Agregados domésticos de pessoas sós	11,5	—	—	13,9	—	—
Agregados domésticos de várias pessoas (sem estrutura conjugal)	4,9	—	—	2,7	—	—
Agregados domésticos de famílias simples	68,2	—	—	69,5	—	—
Casais sem filhos (s/ outros)	14,8	—	—	20,0	—	—
Casais com filhos (s/ outros)	47,5	—	—	43,9	—	—
Pai/mãe c/ filhos (s/ outros)	5,9	—	—	5,6	—	—
Agregados domésticos de famílias complexas	15,4	—	—	13,9	—	—

Notas: 1) número de casamentos ocorridos durante o ano em causa, referido à população média desse período, por 1000 habitantes; 2) percentagem de casados "de facto" em relação ao total da população residente; 3) número de divórcios ocorridos durante o ano em causa, por 1000 habitantes; 4) número médio de filhos por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos); 5) total de nados-vivos por 1000 mulheres entre os 15 e os 49 anos; 6) total de nados-vivos nascidos fora do casamento por 100 nados-vivos; 7) a unidade de análise aqui é "o agregado doméstico co-residente", definido como um conjunto de pessoas que vivem no mesmo alojamento e que partilham algumas actividades/recursos. A classificação segue assim nas suas grandes linhas a tipologia de Laslett/Hamel, que estabelece os seguintes tipos estruturais: "agregados domésticos de pessoas sós"; "agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal"; "agregados domésticos de famílias simples" (casais sem filhos, casais com filhos, pessoas viúvas, divorciadas, separadas, solteiras com filhos); "agregados domésticos de famílias simples alargadas" (famílias simples a viver com outros parentes); "agregados domésticos de famílias múltiplas" (compostas por duas, três ou mais famílias simples). Colocámos numa só categoria, de "famílias complexas", os dois últimos tipos. O conceito de "família clássica" dos recenseamentos de 1960 e de 1991 corresponde de perto àquilo que se denomina, na demografia da família, por agregado doméstico. Com algumas simplificações e ajustes, foram utilizados os "tipos de família" do INE para preencher as quatro categorias. Para 1960, seguimos a metodologia proposta por Rowland (1997), que procura com o máximo de rigor possível aproximar as duas tipologias. Assim, em 1960, a categoria I de Laslett (people living alone) corresponde às famílias de "pessoa isolada"; a categoria II (no family household) corresponde às "outras pessoas aparentadas"; a categoria III (simple family households) corresponde às categorias "casais com filhos sem outros parentes, pessoas com filhos sem outros parentes, casais sem filhos (depois de efectuar um cálculo para estimar quantos agregados deste último tipo não contêm outros parentes); as categorias IV e V (extended and multiple family households) correspondem às categorias "casais com filhos e outros parentes", "casais sem filhos com outros parentes" (na base do mesmo cálculo já referido) e "pessoas com filhos e outros parentes". Uma dificuldade adicional tem a ver com o facto de as mulheres casadas com os maridos ausentes não terem sido colocadas na categoria das famílias simples, a qual poderá por isso estar ligeiramente subavaliada em 1960. No que diz respeito ao recenseamento de 1991, a aproximação efectuada entre as duas tipologias foi a seguinte: a categoria I corresponde à categoria "famílias com uma só pessoa"; a categoria II corresponde às "famílias sem núcleo" (só pessoas aparentadas, pessoas aparentadas e/ou não aparentadas), e às "famílias de avó/avô com netos com ou sem outras pessoas"; a categoria III corresponde às categorias "casal sem filhos sem outras pessoas", "casal com filhos sem outras pessoas", "pai/mãe com filhos sem outras pessoas"; as categorias IV e V correspondem às categorias de "casal sem filhos com outras pessoas", "casal com filhos com outras pessoas", "pai/mãe com filhos com outras pessoas" e "avós com netos com ou sem outras pessoas". Não foi possível o INE separar, no caso desta última categoria das "famílias complexas", as que vivem só com pessoas não aparentadas. Sabe-se, no entanto, que as famílias simples a viver só com parentes representam 89% do total das famílias que moram com outras pessoas. Os restantes 11% são famílias complexas, contendo pessoas aparentadas e/ou não aparentadas. Isto significa que o total de famílias complexas poderá estar apenas ligeiramente sobreavaliado em 1991, por conter também uma pequena proporção de famílias "aumentadas" por pessoas não aparentadas.

Fontes: Eurostat Demographic Statistics (1995); António Barreto (1995); INE, Estatísticas Demográficas e Recenseamentos da População (1960 e 1991); Ana Nunes de Almeida (1995); Robert Rowland (1997).

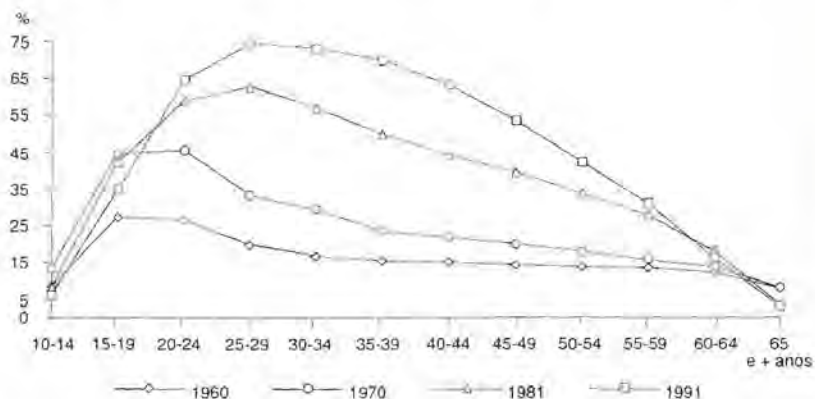


Figura 2.1 Taxas de actividade feminina ao longo do ciclo de vida, 1960-1991

praticamente idênticos aos do sexo masculino a nível do ensino superior. No grupo etário dos 20-29 anos, verificamos que são as mulheres que atingem em maior proporção escolaridade a nível do ensino médio ou superior (quadro 2.1). O mesmo acontece já, aliás, a nível do ensino secundário complementar: 17,9% de mulheres para 16,4% de homens. São também elas que detêm maior número percentual de diplomas do ensino superior, na faixa etária dos 20-24 anos, numa proporção de 67% de diplomadas para 33% de diplomados (Guerreiro, 1995).

Entrar e viver a relação conjugal de maneiras diferenciadas, aceitar a ruptura conjugal, viver uma longa vida em casal sem ter muitos filhos, todas estas transformações têm um impacte nas *formas familiares*, isto é, na dimensão e no tipo de família e de agregado doméstico em que estão inseridos os indivíduos. Os dados sobre os tipos de agregados domésticos só nos permitem, e de forma limitada, comparar os anos 60 e os anos 90. Ressaltam numa primeira leitura cinco traços (quadro 2.1): queda acentuada e recente das famílias numerosas com mais de cinco pessoas, descida acentuada mas não brutal da dimensão média do agregado doméstico, ligeira subida da proporção das "pessoas sós" e dos "casais sem filhos", predomínio tanto no passado como no presente das famílias simples (casais sem e com filhos, núcleos de mãe/pai com filhos), descida muito pequena das famílias complexas (famílias simples alargadas por outras pessoas ou várias famílias simples). Os efeitos surgem assim pouco marcados e a estabilidade dos grandes tipos de família parece impor-se. Coloca-se então a pergunta sobre que mudança efectivamente ocorreu ao longo destas décadas e quais as principais marcas que terá deixado.

Os dados existentes, alguns aqui apresentados e outros referentes a estudos mais aprofundados,¹ mostram que a família na sociedade portuguesa conhece, desde 1960 até ao presente, um duplo movimento: primeiro, uma fase que podemos designar de "familialismo renovado", caracterizada por níveis altos de nupcialidade, menos celibato definitivo, rejuvenescimento da idade média no casamento, menos nascimentos fora do casamento e, em consequência, nas famílias simples, uma redução das mães sozinhas com filhos ilegítimos e um aumento dos casais com ou sem filhos. Esta "conjugalização" da vida familiar, tornada possível num contexto de melhoria das condições de vida e de oportunidades de emprego fora da agricultura, surge como uma mudança notável na tradicional paisagem portuguesa da vida familiar marcada ainda, nos anos 40 e 50, por proporções elevadas de celibato definitivo e de filhos ilegítimos (sobretudo nas camadas mais pobres da população), problemas de instabilidade e de precariedade familiares ligados à pobreza e à falta de cobertura médico-hospitalar, à elevada mortalidade infantil e a uma autoridade parental "castigadora", aos partos no domicílio, à emigração de homens à procura de uma vida melhor e de raparigas para o serviço doméstico.

A vida familiar regista depois um movimento de "modernização", mais ou menos tardio, mais ou menos intenso, consoante os contextos, para valores e práticas diferentes (valor da igualdade entre os cônjuges, novos valores educativos, acesso a métodos contraceptivos, maior valorização do indivíduo e menor subordinação do casal à família no seu conjunto, etc.). Os tipos de agregado doméstico que surgem neste contexto podem ter uma estrutura semelhante à do passado, mas nem sempre o mesmo significado. Assim, as famílias monoparentais, depois de diminuírem nos anos 70, voltam a aumentar e atingem proporções semelhantes, nos anos 90, às dos anos 60, sendo, no entanto, quase sempre "outras" do ponto de vista sociológico. Por exemplo, ser mãe ou pai sozinho com filhos significa cada vez mais ser divorciada/o e não viúva/o, "viúva de vivo" ou solteiro/a, como no passado (Wall e Lobo, 1997). Por outro lado, algumas novas formas familiares, como os casais homossexuais e as "famílias recompostas" (as que resultam de segundo casamento) estão enfiadas no grande saco dos agregados "sem família" ou das "famílias de casais com filhos", não sendo ainda consideradas numa categoria à parte nas tipologias dos recenseamentos. A representação estatística acompanha assim lentamente, as mudanças nos significados da vida doméstica. Por último, as famílias complexas, que continuam a apresentar proporções elevadas em todas as regiões do país, mais acentuadas nas ilhas e na Região Norte (quadro 2.2). Perante valores

1 Ver, por exemplo, Ana Nunes de Almeida (1993; 1985: 7-44); Robert Rowland (1984: 13-32); Brian O'Neill (1978); J. Arriscado Nunes (1993); Karin Wall (1994); Maria das Dores Guerreiro (1996).

Quadro 2.2 Variações regionais das estruturas familiares por NUTS III, 1991

NUTS III	Dimensão da família	Taxa de fecundidade	Nados-vivos fora do casamento	% de casamentos católicos	Taxa de divórcio	% de famílias complexas ¹	Taxa de actividade feminina
R. A. dos Açores	3,7	70,1	09,8	41,6	0,9	20,5	21,1
R. A. da Madeira	3,8	53,7	14,9	60,0	1,0	21,2	31,3
Região Norte	3,4	51,7	10,1	85,8	0,7	16,0	36,8
Alto Trás-os-Montes	3,1	51,0	25,6	83,9	0,6	14,6	24,0
Ave	3,7	55,1	5,2	93,5	0,4	14,9	44,3
Cávado	3,8	55,4	6,8	88,5	0,4	18,0	38,8
Douro	3,1	51,5	12,6	88,3	0,5	12,4	24,0
Entre Douro e Vouga	3,5	48,3	7,4	89,3	0,5	17,1	40,6
Grande Porto	3,3	45,9	13,6	75,5	1,2	16,6	40,8
Minho-Lima	3,3	45,5	9,4	83,5	0,7	20,9	33,7
Tâmega	3,7	61,0	5,8	95,6	0,3	13,5	31,0
Região Centro	3,0	46,1	11,4	80,3	0,8	13,5	32,0
Baixo Mondego	2,9	41,8	11,3	76,1	1,3	13,8	35,7
Baixo Vouga	3,3	47,3	13,4	77,1	1,1	17,9	37,5
Beira Interior Norte	2,7	47,0	9,5	89,5	0,3	8,3	27,8
Beira Interior Sul	2,6	42,3	12,5	82,2	0,5	7,7	27,2
Cova da Beira	2,8	47,7	12,6	78,1	0,9	8,3	32,3
Dão-Lalões	3,2	50,5	10,0	85,8	0,5	17,9	29,4
Pinhal Interior Norte	2,8	47,9	10,6	82,8	0,5	13,1	26,0
Pinhal Interior Sul	2,8	44,7	6,3	86,5	0,3	12,4	22,6
Pinhal Litoral	3,1	46,4	11,5	75,0	1,0	9,7	31,9
Serra da Estrela	2,9	45,4	10,0	88,9	0,5	12,9	27,0
Lisboa e Vale do Tejo	2,9	41,8	22,6	56,5	1,5	12,1	38,5
Grande Lisboa	2,9	41,2	25,0	54,4	1,9	12,5	41,7
Lezíria do Tejo	2,9	40,1	18,0	63,7	0,5	12,1	33,9
Médio Tejo	2,9	42,8	12,0	74,4	0,7	10,5	28,9
Oeste	3,0	43,9	16,6	64,1	0,8	11,9	31,6
Península de Setúbal	3,0	41,0	23,8	49,1	1,5	11,8	38,0
Região do Alentejo	2,8	45,0	23,7	56,1	0,6	10,4	29,6
Alentejo Central	2,8	44,0	22,1	56,8	0,5	10,1	33,0
Alentejo Litoral	2,8	42,4	30,8	40,3	0,9	10,4	29,3
Alto Alentejo	2,7	45,3	19,1	64,1	0,6	8,5	28,4
Baixo Alentejo	2,8	48,3	24,9	58,6	0,6	12,8	26,5
Região do Algarve	2,9	49,5	31,8	47,9	1,1	14,0	32,7
Portugal	3,1	47,2	15,6	72,1	1,1	13,9	35,5

Nota: 1) As famílias complexas são compostas por famílias de casais sem filhos (com outras pessoas), casais com filhos (com outras pessoas), pai/mãe com filhos (com outras pessoas), avós com netos (com ou sem outras pessoas) e as famílias com dois ou mais núcleos. A obtenção do total de famílias complexas por NUTS II e por NUTS III teve por base o quadro 4.02 ("Famílias clássicas"), segundo a sua dimensão e pessoas nas famílias, por tipo de famílias, editado pelo INE.

Fontes: *Recenseamento Geral da População*, 1991, INE; *Estatísticas Demográficas*, 1991, INE; Ana Nunes de Almeida (1995).

familialistas tradicionais que aceitam a co-residência entre pessoas aparentadas de gerações diferentes, e também perante certos constrangimentos (entrada tardia na vida activa, falta de apoio por parte do Estado-Providência, entre outros), os actores parecem ter moldado o alargamento familiar a novas formas de estar em família: é já raro encontrar uma família complexa *patriarcal* em que o casal mais velho subordina os interesses do casal mais novo aos seus; pelo contrário, é frequente encontrar famílias alargadas que prestam assistência ou ajuda a jovens que ainda não têm casa, a mães solteiras que não têm como viver sozinhas, a idosos fisicamente dependentes que precisam de cuidados; aqui, tal como nas famílias simples, a conjugalidade e a parentalidade ocupam um lugar central e o alargamento, sendo bem aceite, é um elemento subsidiário da dinâmica familiar.

Em resumo, verifica-se uma pluralidade de formas familiares tanto no passado como no presente. Consta-se também, nos dois recenseamentos, o predomínio das famílias simples conjugais com ou sem filhos e uma proporção pouco elevada mas significativa, nos dois contextos, de famílias monoparentais e de famílias complexas. Os significados e as estratégias que levam à construção destes cenários domésticos não são, no entanto, sempre os mesmos. No palco estão hoje pessoas a viver mais tempo, a casar e a recasar, a ter menos filhos e a tentar planeá-los, a optar por uma vida doméstica a sós ou com pessoas aparentadas de outra geração, sem que isso signifique abdicar do seu projecto conjugal.

Alguns elementos de comparação regional e internacional

Os modos de estar e de encarar a família são ainda algo diferenciados segundo as regiões do país (quadro 2.2). Esbatem-se as diversidades que marcavam outrora os comportamentos familiares, como, por exemplo, a taxa de fecundidade, hoje generalizada baixa. Mantêm-se, no entanto, alguns contrastes entre o Norte (percentagem elevada de casamentos católicos, percentagem elevada de famílias complexas e dimensão média da família mais elevada, percentagem mais baixa de nascimentos fora do casamento) e o Sul (percentagem elevada de casamentos civis e de divórcios, dimensão média da família menos elevada, percentagem elevada de nascimentos fora do casamento). Convém notar igualmente a demarcação que se estabelece entre uma Grande Lisboa e o resto do país, e também entre os espaços urbanos do Litoral e os espaços interiores mais rurais (ver, por exemplo, o contraste, na Região Centro, da taxa de divórcio e da percentagem de casamentos católicos entre as regiões do litoral e do interior).

Um outro contraste regional que se mantém, encontramos-lo nas taxas de actividade feminina, apesar da generalizada e acentuada subida que sofreram. Para além das diferenças entre o Norte e o Sul, são importantes, também aqui, as assimetrias entre o litoral urbano e o interior rural do país.

Quadro 2.3 Comparação internacional de alguns indicadores demográficos relativos à família nos países da União Europeia

Países	1993			1991	1994 ¹		1995 ³
	Nupcialidade	Divórcio	Fecundidade	Nascimentos fora do casamento	% da pop. a viver em agregados de pessoas sós	% da pop. a viver em agregados atípicos ²	Taxa de actividade feminina
Bélgica	5,4	2,1	1,59	12,6	11,9	5,4	52,4
Dinamarca	6,1	2,5	1,75	46,5	21,9	2,1	74,6
Alemanha	5,5	1,9	1,28	15,1	14,0	13,0	60,4
Grécia	6,0	0,7	1,34	2,4	6,7	21,0	45,3
Espanha	5,0	0,7	1,26	10,0	4,0	17,7	45,6
França	4,4	1,9	1,65	31,8	11,2	5,3	61,2
Irlanda	4,4	—	1,93	16,6	6,6	12,6	47,9
Itália	5,1	0,4	1,22	6,7	7,5	14,5	43,0
Luxemburgo	6,0	1,9	1,70	12,2	10,0	15,0	57,8
Holanda	5,8	2,0	1,57	12,0	13,7	1,9	58,5
Áustria	5,6	2,0	1,48	24,8	—	—	64,5
Portugal	6,9	1,2	1,52	15,6	4,4	18,9	61,4
Finlândia	4,9	2,5	1,81	27,4	—	—	71,8
Suécia	3,9	2,5	1,99	48,2	—	—	78,0
Reino Unido	5,9	3,1	1,75	29,8	11,1	9,2	67,5
Europa dos 15	5,3	1,7	1,46	20,5	—	—	—
Europa dos 12	—	—	—	—	10,3	11,4	57,3

Notas: 1) dados relativos ao inquérito do Painel de Agregados Domésticos Privados da União Europeia; 2) correspondem aos agregados que não sejam de pessoa só ou de um núcleo familiar sem outras pessoas (casal sem filhos, casal com filhos e famílias monoparentais); estão, portanto, incluídos nesta categoria os agregados domésticos de famílias alargadas e de famílias múltiplas, assim como os agregados de várias pessoas a viver juntas sem núcleo familiar; e com ou sem laços de parentesco; a grande maioria destes agregados são compostos por pessoas aparentadas; 3) população feminina com actividade profissional no conjunto da população de 15-64 anos

Fontes: Eurostat, *Demographic Statistics, 1995*, Eurostat *Statistiques en Bref, 1996*, n.º 5; Comissão Europeia, *Employment in Europe, 1996*.

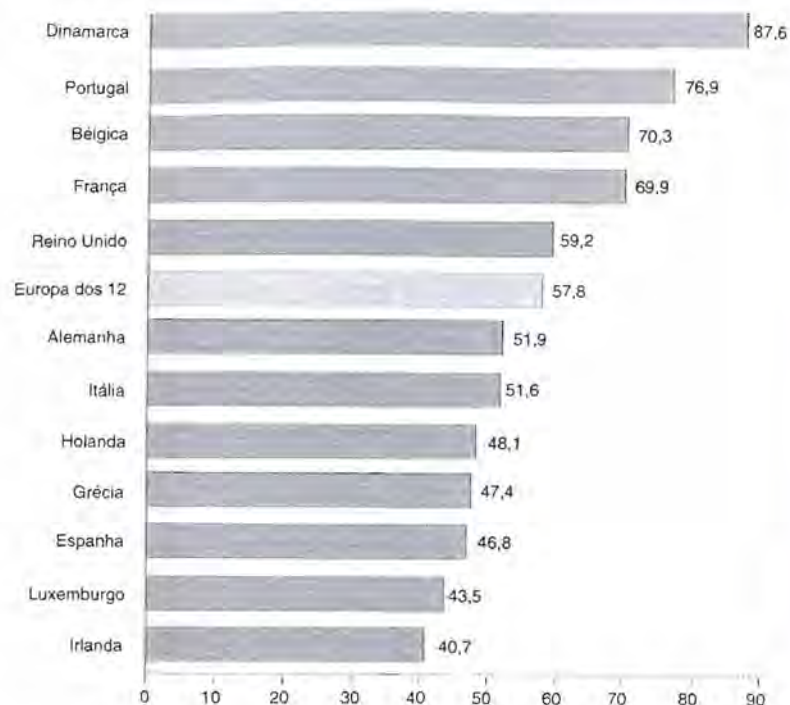


Figura 2.2 Taxa de actividade das mães com idades entre 20-39 anos, União Europeia, 1995. Fonte: *Bulletin sur les femmes et l'emploi dans l'UE*, Abril, 1995.

Continua a ser na região de Lisboa e Vale do Tejo que se localizam em média as mais altas percentagens de trabalho profissional feminino, mas o valor mais elevado corresponde ao Ave, na Região Norte, onde estruturalmente se tem registado uma forte presença profissional das mulheres. As taxas mais baixas permanecem uma pertença do Sul, do interior do país e das regiões autónomas.

Curiosamente, se, por um lado, encontramos elevadas taxas de actividade feminina a par de baixas taxas de fecundidade nas regiões da Grande Lisboa e península de Setúbal, a região do Ave associa à mais alta percentagem de mulheres profissionais do país a terceira mais elevada taxa de fecundidade. São certamente factores diversificados que se agregam para dar esta resultante, nomeadamente o carácter dual da sociedade portuguesa,

onde coexistem e se entrecruzam dimensões tradicionais com dinâmicas de modernidade.

No conjunto dos países da Europa comunitária, o processo de mudança da família em Portugal revela alguma especificidade tanto nos tempos, mais tardios, como nos resultados dessa evolução (quadro 2.3). Distingue-se nomeadamente por uma taxa de nupcialidade mais elevada, por uma taxa mais baixa de nascimentos fora do casamento, indiciando níveis baixos de coabitação, por uma taxa de divórcio modesta comparada com as da Europa do Norte (e alta no contexto da Europa do Sul), por uma proporção baixa de pessoas a viver em grupos domésticos de "pessoas sós" e uma proporção elevada, tal como nos outros países da Europa do Sul, de indivíduos a viver em agregados domésticos atípicos (estando incluídos nesta categoria as famílias complexas e os agregados domésticos de várias pessoas a coabitar juntas sem núcleo familiar). Estes dados mostram que a especificidade das estruturas familiares portuguesas, no contexto europeu, se define, ainda hoje, por uma maior aproximação à instituição familiar nas suas facetas formal e familiarista.

No que respeita à actividade feminina, Portugal destaca-se do conjunto dos países da Europa do Sul, aproximando-se daqueles com maior presença de mulheres no mercado de trabalho. Em 1995, segundo dados do Eurostat,² éramos o sexto país da União Europeia com maior profissionalização feminina. Posicionávamo-nos logo a seguir à Dinamarca, à Suécia, à Finlândia, ao Reino Unido e à Áustria, mas registando apenas 11,6% de trabalho em *part-time*, ao contrário destes países, todos eles com taxas mais altas de trabalho feminino em tempo parcial. Aliás, no conjunto das mães europeias com idades entre 20 e 39 anos, são as portuguesas que mais trabalham em tempo completo (Guerreiro, 1995). Trata-se, com efeito, de uma especificidade da sociedade portuguesa, para cuja explicação contribui uma pluralidade integrada de factores e aos quais não são alheias as solidariedades mobilizadas através dos laços familiares, em que as avós têm papel importante tanto na guarda das crianças, como a nível de outros apoios à vida doméstica.

Existe ainda uma outra dimensão da esfera familiar relativamente à qual nos podemos comparar com os restantes países europeus: a dos papéis masculinos e femininos no interior do grupo doméstico. Neste campo, porém, já nos afastamos de países dos quais estamos próximos quanto à participação das mulheres na vida profissional para acompanharmos as tendências da Europa do Sul. Dados do Eurostat (Knüppel), relativos a um estudo sobre a divisão das tarefas domésticas, revelam que os homens portugueses são dos que menos colaboram (72%) na realização dessas tarefas, de acordo com a opinião das cônjuges. Apenas os Espanhóis registam ainda maior percentagem (80%) de não execução de trabalhos domésticos, o que

2 *Employment in Europe*, (1996: 147 ss.).

melhor se pode compreender se atendermos ao facto de as mulheres espanholas estarem em menor proporção que as portuguesas no mercado de trabalho.

Famílias e meios sociais

Beneficiando de uma história de redes de influências disciplinares várias (entre as quais vale a pena destacar o papel de ciências sociais vizinhas como a história social e a antropologia),³ a *sociologia da família portuguesa* consolidou também, desde cedo, um laço de estreita cumplicidade com outro dos ramos específicos deste saber em expansão nos anos 80: o estudo das *classes sociais*. Problematizando a visão dualista da estrutura de classes e a sua abordagem exclusivamente atomista, indivíduo a indivíduo, a nova perspectiva privilegiava a discussão teórica e a pesquisa empírica sobre os casos "híbridos" (como camponeses parciais ou operários pluriactivos em contextos de industrialização difusa) ou ainda os casos "problema" do ponto de vista de categorizações prevalentes (as "classes médias", com posições contraditórias nas relações sociais de produção), propondo e desenvolvendo, metodologicamente o seu estudo, em espaços locais precisos, a partir da posição e das trajectórias não do indivíduo, mas do seu grupo doméstico de pertença.⁴

O privilégio metodológico concedido ao *grupo doméstico* no estudo da classe social constituiu, sem dúvida, um dos desafios teóricos e metodológicos fundadores da sociologia da família portuguesa e marca, ainda hoje, alguma da sua especificidade em contexto europeu. Feito em sentido inverso, o caminho consistia agora em estudar a família como um todo, um lugar de produção, reconversão ou conservação de estratégias consistentes e regulares. E, ao interpretar a sua natureza e mudança, procurar ter em conta a posição (ocupada, herdada) no espaço social pelo grupo doméstico, a sua trajectória transportada do passado para o presente, inserindo-o num certo sistema de relações de produção e na divisão social do trabalho — concedendo, portanto, uma atenção particular ao contexto material, concreto e local, em que a família se enraiza, bem como à relação de cumplicidade entre

3 Esta, muito particularmente, com os seus estudos em profundidade de estruturas familiares em meio rural, publicados desde os anos 50. Sugerem então a existência das famílias alargadas e compostas no Norte de Portugal e realçam os contrastes sociodemográficos entre o Minho e Trás-ós-Montes, por um lado, o Alentejo, por outro — extremos de um dualismo mais amplo que parece separar vincadamente o Norte do Sul do país. Para mais detalhes, consultar Karin Wall (1993: 999-1009).

4 Refira-se, pelo seu carácter pioneiro, o estudo de J. Ferreira de Almeida sobre camponeses parciais em Fonte de Arcada (concelho de Penafiel): João Ferreira de Almeida (1996). Para os desenvolvimentos posteriores, consultar, por exemplo: João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1990: 129-150).

ambos. Esta linha de investigação beneficiou de sucessivos desenvolvimentos e enriquecimentos, dos quais passaremos a referir alguns.

Entre 1983 e 1986, Nélson Lourenço constrói monografias comparativas de três aldeias da *região de Leiria*, em contexto de repartição difusa de indústria numa área de pequena agricultura. O objectivo era analisar o papel activo das famílias rurais como agentes decisivos das modalidades de articulação entre sociedade rural e indústria. Pôde assim observar, como escreveu, a "plasticidade dos sistemas familiares", isto é, a "sua imaginação e capacidade de inventar alternativas" face a mudanças de estrutura do sistema rural e do conjunto da sociedade (Lourenço 1991; 1992: 183-190). Concluiu, nomeadamente, que a agricultura a tempo parcial não alterou os padrões tradicionais da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres casados, a clara distinção entre universos feminino e masculino: a *mulher* mantém-se continuamente ligada às funções próprias de satisfação das necessidades do grupo familiar (sejam elas o trabalho na propriedade familiar e no interior da aldeia, a socialização das crianças, o controlo e gestão dos bens familiares); o *homem*, pelo contrário, surge sobretudo associado ao mundo da produção e do mercado (como agricultor ou como camponês-operário pluriactivo na indústria). As profundas transformações económicas e sociais são compatíveis, pelo menos durante duas ou três gerações, com a estabilidade de práticas sociais que se poderiam considerar ameaçadas pela mudança económica que afectou este terreno social.

O estudo de *famílias e mulheres* pertencentes a *classes populares urbanas* realizados por Ana Nunes de Almeida e Maria das Dores Guerreiro trazem outras contribuições para a discussão genérica do binómio "família e meios sociais".

Reconstituindo biografias familiares de mulheres de classes populares de origem rural, residentes em *bairros de barracas* da Portela-Outurela (concelho de Oeiras), focando percursos de trabalho dentro e fora de casa, as formas de organização interna da família, Ana Nunes de Almeida (1984; 1985: 7-44; 1986: 493-520) procura perceber de que forma o projecto migratório que a envolveu interferiu no modo de funcionamento do grupo doméstico. Apesar da mudança acentuada das condições materiais de vida, implicada na vinda para a cidade e na entrada no universo local das profissões mais desqualificadas dos sectores secundário e terciário, o modelo normativo tradicional de divisão das tarefas conjugais e a modalidade assimétrica de distribuição de poderes atravessa essa mudança com estabilidade.

O facto de a migração do campo para a cidade e a inserção de homens e mulheres no mercado de emprego urbano serem, antes de mais, pelos objectivos e protagonistas que mobilizam e pelo significado de que se revestem, empreendimentos familiares e não actos individuais, terá certamente contribuído para conservar o peso ideológico daquele modelo. A assimetria não é, porém, sinónimo automático de subalternidade e marginalidade da

posição da mulher, relativamente ao homem, nestas famílias. A autora sublinhou a coexistência, no interior do casal, de duas formas de poder cuja natureza, objecto, fonte e modalidades de exercício se distinguem: um *poder doado*, reconhecido no homem, e um *poder da prática*, adquirido pela figura feminina. Tal como em outros campos da realidade, também na família *fazeres e dizeres*, práticas e representações, se podem desencontrar.

No caso de *Alfama*,⁵ estudado por Maria das Dores Guerreiro, está-se em presença, por um lado, de um contexto profundamente marcado por práticas sociais e culturais ligadas às actividades do porto lisboeta (actividades legais ou "marginais", como a prostituição, a droga ou o contrabando) e às profissões que elas originam (estivadores, despachantes, empregados de agências de navegação, prostitutas, proxenetes, etc.); e de uma população que transporta frequentemente uma origem rural mais ou menos recente. O tecido social revela, por outro lado, um peso considerável de activos assalariados (nos serviços portuários, em escritórios, no comércio ou administração pública), a presença de elementos da pequena burguesia tradicional, do subproletariado marginal e do operariado industrial — e dele não estão excluídas modalidades diversas, instáveis e precárias de pluriactividade urbana ou urbano-industrial.

Tal como no contexto da Portela-Outurela, as representações familiares prevalentes constroem um modelo de família parsoniana, com papéis conjugais distintos e complementares, um sistema de autoridade rígido e hierárquico — dos pais sobre os filhos e do marido sobre a mulher. No entanto, a autora encontra também uma realidade que não lhe assenta pacificamente: o desempenho profissional feminino é frequente e uma "ajuda" substancial para um apertado orçamento familiar; as redes de entajuda entre mulheres da mesma família, aliás encorajadas pela fortíssima densidade e proximidade geográfica, problematizam a imagem de uma família nuclear isolada; a incidência significativa de grupos monoparentais maternos contribuem para dar à mulher um indiscutível protagonismo familiar, social e económico; certas formas de "poder de influência" fazem de algumas mulheres (nomeadamente as esposas dos directores das colectividades, as comerciantes, proprietárias de casas de fado e fadistas) autênticos notáveis locais.

A prioridade concedida ao grupo doméstico como unidade metodológica de abordagem da classe social foi posteriormente "experimentada" num estudo de Ana Nunes de Almeida sobre *famílias de operários da grande indústria transformadora do Barreiro* — os quais, aparentemente "puros e duros", ao contrário dos grupos até agora descritos, pareciam encontrar um lugar ajustado na teoria dualista das classes sociais (Almeida, 1993). Muito embora

5 Maria das Dores Guerreiro (1986), e também, António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro (1984).

se admita genericamente a existência de fracções desigualmente privilegiadas em função de uma maior ou menor proximidade com os ofícios qualificados, os operários são quase sempre descritos como um grupo essencialmente fechado sobre si próprio. Ora a consideração da outra perspectiva veio problematizar esta imagem, construída com base numa abordagem exclusivamente individual.

A autora começou por contestar a perspectiva deducionista que, na sociologia, tende a considerar a família operária como um modelo residual ou uma forma deduzida, por negação ou imitação, de modelos familiares genuínos, característicos de outras classes sociais (por exemplo a "família burguesa" ou a "família das classes médias"). E um dos seus objectivos foi, então, caracterizar e explicar, a partir do contexto da grande produção industrial e da articulação entre as duas realidades da fábrica e da família, as estratégias familiares de certas franjas operárias com uma presença tradicional na comunidade local — a *estratégia de sobrevivência* dos *corticeiros*, nos anos 20, a contrastar com a *estratégia de promoção* dos *operários da CUF* dos anos 50. Uns e outros ilustram paradigmaticamente duas modalidades distintas de articulação entre a *fábrica* e a *família*.

Os *corticeiros*, representando o momento de entrada ou de iniciação na condição operária, são portadores frequentes de uma origem rural; pelas suas trajectórias profissionais sinuosas e precárias, mas também por via do casamento, mantêm relações abertas e diversificadas com outros universos profissionais locais (os pescadores, os estivadores das docas, os trabalhadores mais desqualificados da construção civil, dos caminhos de ferro, das produções químicas da CUF); a estratégia de sobrevivência destas famílias operárias parciais ou "abertas" traduz-se fundamentalmente na gestão da penúria a curto termo; e procura assegurar, independentemente do sexo ou da idade, a colocação rápida e constante de todos os seus membros no mercado de empregos local, juntando, numa bolsa comum, o maior número possível de salários; as suas estratégias de fecundidade traduzem-se em descendências numerosas, já que as crianças, com uma curta passagem pela escola constituem, logo precocemente, braços para o trabalho. Ao invés, a *élite operária da CUF*, objecto por excelência da obra social da companhia e do seu modelo paternalista de gestão da mão-de-obra, ilustra uma etapa de maturidade e consolidação de posições sociais adquiridas dentro daquela mesma condição. Tal como no "formigueiro" que é a fábrica, os destinos sociais dos dois sexos, os das categorias de idade, tendem a separar-se na família — a entrada da esposa no mercado de emprego é selectiva; a atenção que os pais prestam à carreira escolar dos filhos é crescente; os casais adoptam estratégias de fecundidade controlada. Relativamente a outros grupos profissionais locais, estas famílias operárias são "fechadas".

A adopção da perspectiva do grupo doméstico no estudo desta classe social veio assim mostrar como à *parcialidade* frequente das famílias operárias

no Barreiro, constatada em sucessivos cortes sincrónicos, se podia juntar, sob o prisma da diacronia familiar, a relativamente curta duração e *transitoriedade* dos itinerários de passagem por aquela condição.

A investigação mais recente de Maria das Dores Guerreiro (1996) sobre empresas familiares, as famílias de pequenos e médios empresários, traz contributos adicionais para a caracterização da relação entre os universos da família e o da produção económica — agora no caso de um grupo detentor de meios de produção. Com uma presença relevante no tecido económico português (não só em sectores tradicionais, mas também em alguns domínios da indústria e dos serviços), as pequenas e médias empresas não constituem uma “figura social” em extinção. A autora parte, aliás, da contestação de duas noções comuns: a ideia de que as PME obedeceriam a um único figurino, como se as relações entre *família e empresa* tomassem, em todas as situações, características basicamente idênticas; e, por outro lado, a ideia (frequente sobretudo no discurso das ciências da gestão) segundo a qual a família é “naturalmente” um obstáculo conservador à mudança, à actividade empresarial bem sucedida.

Do ponto de vista da estratégia metodológica de abordagem do seu objecto, a autora vai construindo ideal-tipos a propósito das sucessivas dimensões da relação família-PME que vai abordando (exemplos: relação família-empresa, a família e a propriedade-direcção da empresa; a família na organização; os estatutos socioempresariais das mulheres de empresários; a organização do trabalho doméstico; transmissão familiar e sucessão empresarial). Quanto a resultados, verifica e ilustra sobreposições multifacetadas entre os espaços familiar e empresarial e demonstra como essas relações se desdobram num “leque de situações ideal-típicas”. A título de exemplo, podemos referir a tipologia das modalidades de presença da família na empresa; na relação de *clã* encontramos uma família com grande número de elementos envolvidos na propriedade empresarial, tanto em linha vertical, descendente ou ascendente, como horizontal; na *linhagem*, está nela apenas envolvida a linha de parentesco dos descendentes directos; a situação *nuclear* implica, por outro lado, a participação do casal e dos seus filhos, enquanto a *conjugal* se resume à presença de marido e mulher; finalmente, a *fratria* respeita à participação exclusiva de irmãos no projecto empresarial. M. das Dores Guerreiro caracteriza ainda a especificidade do lugar “contraditório” do pequeno empresariado no espaço social das classes; define e tipifica, em termos intra e intergeracionais, as trajectórias sociais destes indivíduos, as quais assumem, de resto, um sentido claramente ascendente face à geração anterior — mostrando ainda a importância das experiências de vida ligadas à propriedade e à direcção de pequenas empresas adquiridas na família de origem, para a formação de saberes e disposições empresariais.

Escolhendo como terreno empírico de pesquisa a *sociedade rural do Baixo Minho*, Karin Wall (1994) constrói uma perspectiva em que a família não é

apenas (ou sobretudo) estudada nas suas articulações com a esfera da produção económica; aqui, concede-se uma atenção particular às dimensões internas da vida familiar, às formas de construção da interacção no seu interior e à interpretação da sua mudança no tempo. Problematiza, aliás, certos pontos de vista dominantes, dentro da sociologia da família, sobre aquela realidade — designadamente aquele que a considera uma forma sobrevivente num mundo rural em vias de extinção. Opõe à visão ideal-típica da “família rural” (alargada, patriarcal, auto-suficiente, com uma finalidade essencialmente institucional) e descrita no singular, a reconstituição da “pluralidade das formas da organização familiar”. Como indicadores escolhe, por exemplo, a composição morfológica dos grupos domésticos, as trajectórias de vida de alguns dos seus membros — por sua vez relacionados com as principais situações de classe encontradas nas duas freguesias estudadas. Estas são entendidas como “espaços de diferença” e distribuição desigual dos recursos fundiários, e neles se destacam nomeadamente os assalariados agrícolas, os camponeses pobres e os camponeses ricos, a pequena burguesia independente, os trabalhadores não qualificados da indústria.

Os dados referentes ao *campesinato pobre* evidenciam uma organização doméstica onde o casal e a residência neolocal após o casamento exercem um papel central; esta forma distingue-se da organização doméstica *proletária* pela importância do casal e da dos *camponeses ricos* pelo peso insignificante das famílias complexas; por outro lado, entre os *proletários agrícolas*, estão sobrerrepresentadas as famílias monoparentais maternas e as pessoas sós.

Também as trajectórias de vida se orientam por valores e práticas diversas. Os *camponeses ricos*, os *lavradores*, procurando “segurar a sua vida”, constroem uma forma familiar solidária, com uma finalidade instrumental familialista, e desenvolvem uma estratégia de longo prazo, centrada nos filhos; os *camponeses pobres*, mobilizados em volta da necessidade de “organizar a vida”, vivem em famílias de tipo fusional que possuem igualmente uma finalidade instrumental familialista, sendo, porém, a entreaajuda familiar o objectivo primeiro e a família simples o quadro em que ocorrem as principais trocas; para os *proletários agrícolas*, o desafio é “ir à vida”, desembaraçar-se para sobreviver; nota-se aqui um menor acento no familialismo e uma maior variabilidade de formas de residência e organização domésticas.

No tempo, e entre o passado (a sociedade portuguesa dos anos 30) e o presente (a década de 80), é curioso sublinharmos a mudança radical do estatuto da criança, afectando a generalidade dos meios sociais; o ideal da infância moderna ganhou, em todos eles, uma nova popularidade. A título de exemplo, podemos referir que nas famílias de lavradores a criança é hoje socializada dentro e fora da exploração agrícola; no contexto de formas de regulação menos normativas e de uma maior abertura da família ao exterior, aceita-se e promove-se a sua carreira escolar, procurando, porém, conservar a ligação da criança à propriedade familiar; já entre

camponeses pobres e pluriactivos, para quem o trabalho agrícola é muito desvalorizado, a socialização das crianças ocorre num cenário de duplo apelo: o investimento é feito quer na escola, quer através da entrada precoce na vida fabril. Frequentemente referida como traço exclusivo do meio urbano, a autora encontra, afinal uma significativa *variabilidade* das dinâmicas familiares no mundo rural.

Se até aqui temos concedido, na abordagem do tópico *família-meios sociais*, uma atenção particular ao grupo doméstico, ao casal e à relação conjugal, é bom lembrarmos que têm sido realizadas nos últimos anos pesquisas que, pelo contrário, escolhem como objecto principal de estudo a realidade das *relações parentais* e as estratégias de socialização dos filhos. Não por acaso, mas um pouco ao invés da actual produção científica europeia, os sociólogos portugueses têm privilegiado, neste campo, os estudos de caso em meios populares urbanos desfavorecidos, quando não vítimas de situações extremas de marginalidade e exclusão social.

Estão nesta linha, justamente, duas recentes investigações sobre *meninos de rua* da cidade de Lisboa. João Sebastião (1995: 9-129) procura caracterizar os *modos de vida* das *crianças de rua*, considerando-os, à partida, como produto de mecanismos estruturais de exclusão, que se prendem nomeadamente com os processos de segregação socioespacial e a criação de bolsas de pobreza que marcam dramaticamente o espaço da área metropolitana de Lisboa. Originárias de classes sociais e grupos étnicos excluídos (relegados para a periferia urbana, residentes em bairros de barraca ou de habitação degradada, com domínio de grupos profissionais como operários desqualificados e empregadas de limpeza), são crianças que acumulam pesados factores de desvantagem. As suas famílias, de dimensão numerosa e instável, profundamente marcadas pela vulnerabilidade e violência, resistem teimosamente às "exigências socializadoras das sociedades modernas" — nomeadamente aquelas que se prendem à expansão do sistema educativo e às alterações do mercado de emprego. Num cenário de profunda "desestruturação social", as redes e os bandos informais de crianças do centro da cidade sobrevivem através da prática de múltiplas actividades (desde arrumar carros até roubar, passando pela mendicidade), e proporcionam a estes meninos, precocemente autonomizados, a experiência inédita de integração numa comunidade.

José Luís de Castro (1995), por seu turno, procura antes de mais colocar-se na perspectiva das crianças da rua, considerando o conjunto dos *contextos sociais* de vida em que estas crianças se movem — não só a rua, mas a família, a escola, a instituição tutelar — e perceber que tipo de relações sociais se estabelecem entre uns e outros. Sublinha novamente a importância que assume, na caracterização destas situações e na definição dos seus contornos normativos, o ideal da infância moderna; recusa uma visão unificadora da categoria dos meninos da rua, opondo-lhe a hipótese da sua

diversidade (por idade, sexo, etnia, modalidade de transição para a rua); e ilustra, detalhadamente os modos de socialização familiar de que são objecto estas crianças. Neles se verifica a necessidade de adaptação à privação e exclusão sociais, a relações familiares extremamente conflituais, as quais favorecem uma independentização precoce e a adopção de estilos de vida marginais. Nestas famílias numerosas predominam, de resto, estilos educativos simultaneamente de tipo punitivo (castigar violenta e pontualmente, descurando a dimensão do controlo) e permissivo (importância de lógicas de comunicação pais-filhos que se pautam pelo imediatismo e a transitoriedade). Aparentamos, afinal, que entre a socialização familiar e a rua não há nem confronto nem ruptura — pelo contrário, a primeira facilita e encoraja a passagem para a outra.

A equipa convidada pelo Centro de Estudos Judiciários (Almeida, André e Almeida, 1995) para realizar um estudo sobre *crianças maltratadas* em Portugal focou, numa outra perspectiva, a questão dos padrões de socialização familiar (na sua versão extrema de abuso ou negligência) de que podem ser objecto certas franjas de crianças.

Recorrendo ao testemunho dos profissionais da infância (das áreas da saúde, educação e serviço social), o objectivo foi, neste caso, a construção de uma *tipologia* de maus tratos activos e passivos na família, relacionando-os, designadamente, com os respectivos contextos sociofamiliares de pertença. Os resultados evidenciam claramente a marca social dos diferentes tipos de maus tratos.

Embora se tenha constatado a sobre-representação dos meios populares e desfavorecidos na amostra contemplada (justamente aqueles que deixam mais facilmente transparecer, para os olhares de fora, a sua vida doméstica), os maus tratos afectam na generalidade crianças provenientes de todos os meios sociais. Não as afectam, todavia, da mesma maneira: o contexto social que as envolve (e, com ele, os modelos característicos de socialização de um ou outro grupo) contribui para definir a natureza e as dimensões predominantes dos maus tratos de que são vítimas. Se as palavras, as emoções, as relações psicológicas entre adultos e crianças parecem ser o principal instrumento manipulado pelos pais nas formas de negligência afectiva existentes nas classes mais favorecidas (ou aquele a que as representações dão maior visibilidade), já os gestos e contactos físicos entre corpos prevalecem nas práticas de abuso físico das classes populares.

Interessada em esclarecer como interferem na explicação das dificuldades de aprendizagem escolar *etnia* e pertença a uma *classe social* desfavorecida, Teresa Seabra (1997: 49-71), por seu turno, procede ao estudo das estratégias familiares educativas em famílias portuguesas e cabo-verdianas, com diferentes lugares de classe. Encontrou uma clara diferenciação nesta matéria, antes de mais relacionada com a situação de classe do grupo doméstico e com a bagagem escolar transportada pelos pais, organizada em torno

de dois modelos consistentes. Uma *estratégia contratualista*, que privilegia a negociação, encoraja as trocas entre pais e filhos e é própria de famílias abertas e atentas a influências externas dos amigos, da televisão e da escola, prevalece em casais da pequena burguesia dirigente ou que frequentaram cursos médios e superiores. Pelo contrário, uma *estratégia estatutária* guiada pela ideia de atingir um melhor estatuto social, passando pela acomodação a normas sociais vigentes, é própria do meio operário e das franjas da pequena burguesia de execução. A autora pode assim concluir que é a situação de classe (e não propriamente a pertença étnica) o factor que maior diferenciação produz nas estratégias educativas das famílias e, nessa medida, no melhor ou pior sucesso da relação da criança com a escola.

É igualmente numa perspectiva centrada na problemática da etnicidade em relação com pertenças de classe, percursos e estratégias migratórias que Fernando Luís Machado e Heloísa Perista estudam famílias de mulheres guineenses residentes em Portugal e constataam que a situação familiar destas mulheres é bastante heterogénea (Machado e Perista, 1997: 91-103). As relações familiares são distintas consoante se trate de uma população feminina de origem guineense detentora de nacionalidade portuguesa ou de mulheres imigrantes com naturalidade e nacionalidade guineense. A união livre prevalece entre estas últimas e são elas que registam mais elevadas taxas de actividade, têm menor número de filhos e casam quase sempre com homens guineenses. As guineenses de nacionalidade portuguesa casam também com portugueses e cabo-verdianos. Mas umas e outras vivem muitas das vezes em famílias compostas por cinco ou mais pessoas, no que ainda se afastam das estruturas familiares prevalentes na sociedade portuguesa, apesar de um evidente processo de aproximação.

Podemos afirmar, em síntese, que o estudo da relação entre *famílias e meios sociais, estratégias familiares e contextos sociais de pertença* do grupo doméstico desempenhou e desempenha, na produção científica da sociologia da família portuguesa, um lugar crucial. Para além de ter indirectamente enriquecido a caracterização da estrutura de classes da sociedade portuguesa actual, contribuiu para reforçar a importância da abordagem da família como unidade de trabalho articulada ao meio produtivo envolvente, pondo em destaque, como factores explicativos da sua natureza e mudança, a modalidade da articulação entre uma e outra. Mais do que um olhar dirigido para as dimensões internas da vida familiar entendida na sua racionalidade e consistência próprias (nomeadamente a negociação de papéis entre homens e mulheres, os processos de construção da interacção conjugal, os jogos de poder e de autoridade entre sexos e gerações), esta perspectiva privilegia um olhar de fora e na direcção das formas e estruturas, das posições e estratégias encaixadas no tecido social envolvente. Mas a atenção prestada à especificidade deste tecido e ao tempo histórico em que a família se situa beneficia também a visibilidade da sua *diversidade*.

Laços conjugais, rupturas e recomposições familiares

Casamento e divórcio

As transformações de práticas e valores referentes à vida familiar são bem ilustradas através da variação do comportamento dos indicadores demográficos que mais directamente dizem respeito ao casamento e ao divórcio. Como se viu atrás, a subida significativa dos valores da ruptura conjugal, a descida da taxa de nupcialidade e a subida dos valores da coabitação e dos nascimentos fora do casamento foram tendências que se acentuaram nos últimos anos em Portugal e nos restantes países ocidentais.

Resultados de alguns trabalhos de investigação sobre conjugalidade e divórcio, utilizando técnicas de investigação quer de natureza quantitativa, quer qualitativa e conclusões de vários inquéritos, dão visibilidade, embora de forma parcelar, a representações e práticas e a esses processos de mutação, ao mesmo tempo que procuram contribuir para os explicar.⁶ Vejamos primeiro o que se pode concluir a propósito da temática do casamento.

Se quisermos identificar, ao nível das representações, alguns traços dominantes destacam-se, de forma muito genérica, três elementos centrais — uma imagem do casamento *laica*, que desvaloriza a perspectiva sacramental e institucional, faz sobressair os aspectos *intrínsecos* da relação conjugal e prevê a igualdade e a *simetria de estatutos* para ambos os cônjuges.

A perspectiva laica do casamento pôde ser verificada a partir de várias fontes. A opinião segundo a qual o “casamento é um sacramento”, ideia que, associada à da indissolubilidade do laço conjugal, constitui a pedra-de-toque da visão católica tradicional, colhe pouca adesão. Resultados de várias pesquisas apontam para uma concordância com esta ideia, ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, que ronda os 20%.⁷ Em contrapartida, a perspectiva

6 Referem-se, nomeadamente, resultados das seguintes investigações: inquérito a uma amostra representativa dos jovens do concelho de Loures, cujos resultados foram publicados em J. Ferreira de Almeida, J. Machado Pais, A. Cardoso Torres, F. Luís Machado, P. Antunes Ferreira, J. Sedas Nunes (1996) e também em Anália Cardoso Torres (no prelo); uma pesquisa, em vias de finalização, que tem como temática central o casamento, onde se articula a análise qualitativa, através da aplicação de entrevistas em profundidade, com análise quantitativa e sociográfica, e sobre a qual alguns resultados parcelares foram já publicados, nomeadamente em Anália Cardoso Torres (1995; 1996a); uma investigação sobre “Políticas sociais e aspectos socioeducativos e de guarda das crianças na Grande Lisboa”, que entre outros aspectos constou da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa das famílias da Grande Lisboa com de menos uma criança com menos de 11 anos a cargo, inquérito executado pelo INE, encontrando-se a análise dos dados ainda numa fase inicial; informação sobre o divórcio, recolhida numa pesquisa sobre esta temática, pode ser ainda conferida em Anália Cardoso Torres (1996b).

7 Quer no inquérito aos jovens do concelho de Loures, quer nas entrevistas em profundidade sobre o casamento na Área Metropolitana de Lisboa, quer ainda no inquérito à guarda das crianças para a Grande Lisboa, acima citados, repetiram-se algumas questões que

Inteiramente laica manifestava-se de forma muito evidente quer na escolha maioritária da opinião "o casamento religioso não acrescenta nada à união entre duas pessoas" (cerca de 40%), quer na adesão à perspectiva ritualista "o casamento pela Igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante" (cerca dos 30%).⁸

Se este é o sentido das opiniões, vejamos agora as práticas. Em termos globais, o casamento católico, apesar de continuar a ser maioritário, desceu cerca de 17% entre 1970 e 1995 ao nível nacional (Torres, 1996b). Como também sabemos, distribui-se ao nível regional de forma bastante diferenciada (Torres, 1996b), mas mais interessante é constatar que tende a haver sobreposição entre os que exprimem opiniões face ao casamento completamente laicas e os que escolhem o casamento religioso.

Na verdade, em quase todos os inquéritos referidos a tendência de escolha maioritária da posição laica é independente do facto de as pessoas se terem casado pela igreja ou mesmo de se autotransformarem como católicas. O conjunto dos que celebram, ou desejam celebrar, o seu casamento segundo ritual católico excede sempre a metade dos inquiridos nos diversos inquéritos a que temos vindo a fazer referência. Nesse conjunto, a maioria afirma, como vimos atrás, "o casamento pela Igreja não acrescenta nada...", outros fundamentam-no, no essencial, por razões de carácter ritualista e muito poucos por razões do foro religioso.

A descoincidência entre forma de celebração do casamento e convicção religiosa só não se verifica na minoria dos que, afirmando-se católicos praticantes, dizem ter escolhido o casamento religioso por acreditarem que ele acrescenta sentido à conjugalidade. Por outro lado, se entre os inquiridos há católicos que assumem uma posição laica face ao casamento, também há os que, dizendo-se "não católicos", escolhem o matrimónio religioso como forma de celebração do casamento.⁹

permitiram avaliar, além da análise das respostas às perguntas abertas, as posições dos inquiridos sobre este assunto. Numa dessas questões pedia-se aos entrevistados que escolhessem uma das quatro opiniões a seguir indicadas: 1) O casamento pela Igreja é o que consagra de forma plena a união entre duas pessoas; 2) O casamento pela Igreja é uma cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante; 3) O casamento pela Igreja acontece porque as pessoas são pressionadas pelos pais ou pelas circunstâncias; 4) O casamento pela igreja não acrescenta nada à união entre duas pessoas. As escolhas da primeira opção não excedem em média os 20% quer nas entrevistas, quer no inquérito representativo das famílias da Grande Lisboa com pelo menos uma criança a cargo com menos de 11 anos.

8 Foi o que se constatou com toda a clareza quer no inquérito sobre a guarda das crianças na Grande Lisboa, *op. cit.*, quer nas entrevistas aos casados. Análise mais pormenorizada sobre os factores que podem explicar estas posições, nomeadamente as que foram captadas a partir das entrevistas em profundidade, foi avançada em Anália Cardoso Torres (1996a).

9 É o que se verifica nos resultados já referidos do inquérito aplicado a uma amostra representativa de jovens do concelho de Loures. Aí se verificou que um número significativo dos que se afirmam não católicos (17% dos agnósticos, 26% dos indiferentes e até

Estas posições aparentemente discrepantes entre práticas e representações mostram-nos uma visão específica, que numa análise mais pormenorizada parece menos contraditória. O que se afirma no fundo é que o casamento é um assunto terreno, que depende dos homens e das mulheres nele empenhados e não tanto de factores extrínsecos ou intrínsecos de natureza religiosa e geralmente fundamenta-se a escolha dos símbolos e dos rituais da Igreja Católica com argumentos do tipo pragmático e/ou ritualista (Torres, 1996a). Procura-se o ritual descarnado do conteúdo, chamando para si os seus e eventuais benefícios no plano dos efeitos de visibilidade e afirmação exterior, mas também porque se sabe que já se podem dispensar os respectivos custos, nomeadamente o da indissolubilidade do casamento. Por outras palavras, trata-se de um nova modalidade da *secularização* do matrimónio, fenómeno que, de resto, se desenvolveu em toda a Europa desde os anos 70 até aos nossos dias.¹⁰ As posições face ao divórcio só vêm corroborar de forma ainda mais evidente esta posição.

A rejeição da impossibilidade do divórcio é extremamente clara em quase todos os inquéritos realizados quer a nível nacional, quer ao nível da Área Metropolitana de Lisboa. Também aqui a variável religião não distingue os inquiridos, pois a esmagadora maioria dos que se afirmam católicos aceita a possibilidade do divórcio.¹¹

A visão laica do casamento é, assim, mais uma vez reforçada. Ao assumir esta posição afirma-se que o casamento é um empreendimento profano e não sacro; é a forma como decorre a vida conjugal — a sua lógica intrínseca — o critério fundamental para a sua manutenção ou dissolução; os critérios externos ou que se imponham de fora para dentro, para manter a relação conjugal, são desvalorizados.

Apesar da subida muito significativa dos valores da ruptura conjugal entre 74 e 94, Portugal tem uma taxa de divórcio mais baixa do que a dos países da Europa do Norte e do Centro. Investigações sobre o divórcio em Portugal não deixam de revelar aspectos específicos da diversidade regional e social da sua

7% de ateus) afirmam desejar casar pela Igreja. Cf. J. Ferreira de Almeida e outros (1996). Cf. P. Ester, L. Haltman, e R. de Moor (1994). Esta publicação dá conta dos resultados do inquérito sobre valores aplicado à maioria dos países europeus e ainda aos EUA e ao Canadá nos anos 80 e 90. Portugal integrou este inquérito apenas em 1990.

11 No inquérito aos valores, *op. cit.*, a variável religião não era discriminante para a maioria dos portugueses que aceitavam o divórcio. Só entre os que consideravam que o divórcio "nunca se justifica" (17%) se verifica uma maior presença de católicos praticantes. Cf., ainda, Ana Nunes de Almeida e Maria das Dores Guerreiro (1993). No inquérito realizado aos jovens do concelho de Loures, acima citado, além da tendência para a aceitação largamente maioritária do divórcio, verificou-se que dos que se declaram católicos só 8,8% consideram que o divórcio não deve em circunstância alguma ocorrer. No inquérito sobre políticas sociais e guarda de crianças, dos que se declaram católicos praticantes 80% aceitam o divórcio, sendo neste grupo (e no dos que têm outro tipo de crença) que, apesar de tudo, a rejeição do divórcio anda à volta dos 20%. Cf., ainda, Anália Cardoso Torres (1996b).

variação. A Grande Lisboa é de longe a região do País onde o divórcio ocorre com mais frequência; são os sectores socioprofissionais como as profissões liberais, os quadros superiores e médios, e os que têm maior grau de instrução os que mais protagonizam a ruptura conjugal; diferenças entre homens e mulheres no contexto do divórcio são também significativas (Torres, 1996b).

Vejam os dados que atrás se indicou como a tendência para a *desinstitucionalização* do casamento. Respostas de diferentes inquiridos a uma mesma pergunta que se destinava a avaliar a relevância do casamento como instituição mostram uma opção muito clara. Pretendia-se que os inquiridos escolhessem uma de duas opções: "Só com o casamento é que uma relação a dois se cimenta" ou "o casamento, em si mesmo, tem pouca importância. O que importa é o bom relacionamento entre duas pessoas". Verificou-se que a ideia não institucionalizada do casamento é a escolha largamente maioritária — sempre acima dos 80% dos inquiridos confirmando de forma genérica o que tem sido avançado por autores como L. Roussel, que defendem que o casamento se "desinstitucionalizou" nas sociedades ocidentais contemporâneas (Roussel, 1996b).

Quanto às práticas, a coabitação em Portugal é baixa, embora tenha subido e haja cerca de 200 000 pessoas a viver em união de facto segundo o recenseamento de 1991. Pode, no entanto, verificar-se que a opção do casamento entre os jovens é largamente maioritária. Os dados estatísticos do censo de 1991 só vieram confirmar o que já havia sido mostrado em vários inquéritos realizados aos jovens.¹² Dos que têm menos de 20 anos, só 0,5% declararam viver em união de facto, enquanto 1,6% já eram casados. Dos 20 aos 24 anos, 2,4% viviam em coabitação e 24,9% eram casados. Finalmente, dos 25 aos 29,3, 7% coabitavam e 60,7% tinham casado.

Estes valores demonstram que a união de facto como situação de continuidade mantém-se minoritária face ao casamento em Portugal, ainda que a ideia de coabitar antes do casamento recolha também grande simpatia dos jovens que ainda não casaram (Almeida e outros, 1996). Vários factores contribuem para explicar a persistência do laço formal ao nível da prática e a visão quase completamente desinstitucionalizada ao nível da opinião, entre eles a falta de protecção, reconhecimento e dignificação das situações da união de facto, a pressão dos pais (no caso dos jovens), o desejo de aceitação, a cedência ao que se presume ser o controlo social (Torres, no prelo). Mas mesmo que se pratique o casamento e se afirme a sua pouca importância enquanto laço formal, assume-se de facto a desvalorização das dimensões institucionais da conjugalidade.

12 O facto de a coabitação em Portugal ter poucos aderentes entre os jovens pôde ser confirmado a partir dos resultados de vários inquéritos. Em primeiro lugar, no que foi promovido pelo IED, em 1983, cf. J. Machado Pais (1995), em segundo lugar, no inquérito realizado pelo ICS à juventude portuguesa publicado em 1988; e ainda mais recentemente, em 1994, no inquérito aos jovens do concelho de Loures.

Por outro lado, a conjugalidade pode ser vivida tendo por referência modelos diferenciados, associados a modos diversos de encarar o divórcio. Anália Torres identifica alguns deles (Torres, 1992), referindo nomeadamente o tipo de conjugalidade *associativa* como forma moderna de encarar o casamento, em moldes pouco rígidos e normativos, ao qual se ajusta o modelo de divórcio *desencontro*. Este tipo de ruptura ocorre quando um ou os dois membros do casal sentem falta de bem-estar na sua relação e procuram reencontrá-lo noutra contexto conjugal ou relacional. Trata-se de um modelo que se reporta a grupos socioprofissionais de quadros superiores e médios, de profissionais liberais e empregados, com idades abaixo dos 45 anos.

Uma outra maneira de ver o casamento é a das mulheres de profissões menos qualificadas, nomeadamente operárias e jovens. Para elas o modelo conjugal por excelência é *fusional*, isto é, deve verificar-se o cumprimento de um conjunto de deveres, mesmo que signifiquem sacrifícios a título individual. O divórcio aqui surge como *culpa do outro*, quando as responsabilidades não são assumidas pelo cônjuge e é posta em causa a solidariedade familiar.

O tipo de conjugalidade *institucional* é característico de mulheres de idades rondando os 50 anos, em cujo casamento projectaram a sua identidade pessoal e social, no papel de mães e donas de casa. Corresponde-lhes um modelo de divórcio *fatalidade*, por elas visto como inesperado e apenas explicável através da interferência dos desígnios do destino.

Recomposições familiares

Após um divórcio ou uma separação, grande parte dos casamentos envolve crianças de um enlace anterior, o que pressupõe evidentemente a presença de um padrasto ou de uma madrastra, ou de ambos, nas configurações familiares recompostas. De facto, o casamento de divorciados tem vindo a tornar-se uma forma predominante de matrimónio.

No entanto, foi muito reduzido o interesse manifestado pelos cientistas sociais para com o divórcio e o recasamento até ao aumento das suas taxas nos anos 60 e 70, segundo Spanier e Firstenberg (1988).¹³ Nesta altura, realizaram-se uma série de estudos empíricos baseados, na sua grande maioria, no trabalho de Bowerman e Irish (1962)¹⁴ e que partiam sempre do

13 Actualmente, na América do Norte, Coleman e Ganong (1990) referem que as famílias nas quais crianças de um casamento anterior vivem com um padrasto ou uma madrastra — as *stepfamilies* — são já um dos temas mais populares nas investigações sobre a família.

14 Neste trabalho, considerado por muitos autores como um clássico, foram aplicados questionários a 29 000 crianças entre os 7 e os 12 anos de idade, das quais 2145 assistiram ao recasamento de pelo menos um dos pais biológicos a seguir a um divórcio ou a uma viuvez. Na análise que Bowerman e Irish fazem das relações pais-filhos e padrastos-enteados, partem de um modelo de comparação — *deficit-comparison approach* — entre as crianças de famílias nucleares e as que vivem em *stepfamilies*.

mesmo pressuposto: a família nuclear representa estatística e socialmente o modelo dominante e todas as variantes a esse modelo são desvios que se repercutem de forma negativa na personalidade das crianças, no seu comportamento social e no seu sucesso escolar. Apesar de encobrirem grande parte da especificidade destas famílias de padrasto e enteado, e até mesmo de as estigmatizar ao compará-las com as famílias nucleares, estes trabalhos tiveram, pelo menos, o mérito de lhes conferir visibilidade social. A banalização do divórcio acabou por imprimir um outro olhar sobre estas famílias, entre os anos 70 e 80, e provocar resultados nos estudos empíricos completamente diferentes dos anteriores. Isto é, as crianças que vivem em famílias de padrastos podem ter uma experiência, negativa, ou ambas (Wilson *et al.*, 1975), exactamente como as crianças das famílias nucleares. Acontece, no entanto, que, enquanto resultado de linhas de investigação inovadoras, surgem as designações de famílias reconstituídas — *reconstituted families* (Duberman, 1975) — e de famílias recompostas — *blended families* — para identificar as configurações familiares com crianças de casamentos anteriores.¹⁵ A criança passa então a ser o actor que confere especificidade a estas famílias, alargando-lhes as fronteiras através de uma rede cada vez mais vasta de relacionamentos.

Nesta década de 80, os trabalhos sobre as crianças das famílias recompostas são em número muito mais elevado do que os estudos sobre o recasamento e as próprias famílias recompostas. De qualquer modo, dos últimos trabalhos sobre as famílias de padrastos devem destacar-se algumas questões absolutamente fundamentais para o aprofundamento teórico destas temáticas, nomeadamente o facto de perspectivarem o recasamento não como um acontecimento estático, mas como um processo de transições¹⁶ e o divórcio passar a ser tratado como um acontecimento transitório, ou seja, uma espécie de interlúdio entre casamentos e que faz parte de um "itinerário de vida" (Firstenberg, *et al.*, 1987). A particularidade desta nova orientação é a de não isolar o segundo casamento, ou a segunda união, do processo de transições familiares protagonizado pelos indivíduos. Através deste procedimento metodológico, não é apenas "o tempo mas o espaço que se alarga, englobando para além da casa onde vivem as crianças, o conjunto da constelação familiar desenhada pela circulação destas entre as diversas casas" (Martín, 1992: 125).

Então, como apreender sociologicamente estas configurações familiares que têm apenas um único elemento estrutural comum — a figura do padrasto?

15 Esta questão das designações não pode ser descurada na medida em que ela arrasta discussões teóricas decisivas para o desenvolvimento destas problemáticas — recasamentos, recomposições familiares, famílias recompostas. E, para além disso, o facto de estas famílias poderem ser nomeadas já lhes confere visibilidade social e jurídica.

16 Estas transições de uma relação sem êxito para outra, são denominadas por Firstenberg e Spanier de "conjugalidades sucessivas". Ver a este propósito Cristina Lobo (1995).

Em França, no princípio dos anos 90, os sociólogos da família deram continuidade a estas pistas teóricas, referidas anteriormente, e contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento da problemática da recomposição familiar. Trata-se de uma estratégia de investigação que permite não só evidenciar a diversidade de transições do casamento para o divórcio e deste para o recasamento, como também apreender dinâmicas diferenciadas no processo de recomposição que podem culminar numa pluralidade de modelos familiares recompostos. E, para além disso, esta perspectiva situa a família recomposta numa trajectória e numa rede familiar mais alargada (Le Gall e Martín, 1991).

Portanto, para apreender dinâmicas de recomposição nestas famílias, é necessário perceber trajectos anteriores dos dois membros do casal, assim como as formas de regulação do quotidiano da nova família recomposta.

Tomando como ponto de referência o modelo de Irene Thèry, que identifica duas lógicas — perenidade e substituição¹⁷ — nos processos de recomposição familiar e de construção social do papel de padrasto,¹⁸ realizou-se em Portugal uma pesquisa empírica¹⁹ cujos resultados se passam a apresentar, ainda que de forma sucinta.

Acontece que, dada a ausência de casais recompostos das classes operárias no grupo dos entrevistados²⁰ — protagonistas por excelência de estratégias de substituição nos seus processos de recomposição —, a estratégia²¹ de perenidade revelou-se a maioritária. Tendo em conta que os entrevistados pertenciam a fracções de classe da pequena burguesia e da burguesia, os seus discursos apresentavam particularidades que permitiram desagregar a estratégia de perenidade em três subestratégias: conflitual, formal e informal. Do entrelaçamento entre estas subestratégias e as respectivas fracções de classe dos casais recompostos se dá conta a seguir.

Estratégia de perenidade conflitual — prevalece uma situação de conflitualidade entre os ex-cônjuges não só após o divórcio ou separação como depois da constituição da nova família; acontece por vezes os conflitos se atenuarem à medida que os filhos crescem; alguns dos primeiros casamentos dos elementos dos casais recompostos foram de longa duração (cerca de 20 anos); o ex-cônjuge e o actual, quando se conhecem, não têm mais do que uma relação distante e de pouca intimidade; prevalece um sentimento nega-

17 A lógica da substituição privilegia o restabelecimento de uma nova família em detrimento da anterior, enquanto que na lógica da perenidade a conservação do vínculo de paternidade não se confunde com o laço conjugal na reorganização familiar (Théry, 1985).

18 Sobre os processos de construção social do padrasto em Portugal, ver Cristina Lobo (1996).

19 Esta pesquisa foi financiada pela JNICT.

20 Foram realizadas, para a pesquisa, 30 entrevistas semidirectivas aos dois elementos do casal — mãe guardiã e padrasto — de 15 grupos domésticos recompostos.

21 Uma opção teórico-metodológica na pesquisa passou pela utilização do conceito de estratégia, de P. Bourdieu, em vez de "lógicas", como aparece no modelo de I. Thèry.

tivo em relação à família do primeiro casamento; a estratégia de perenidade conflitual assemelha-se por vezes à de substituição, ou pelo menos está perto dela; este tipo de estratégia está subjacente à maioria dos processos de recomposição familiar das fracções de classe da pequena burguesia e da burguesia empresarial e proprietária com um nível de escolaridade que não ultrapassa um curso médio.

Estratégia de perenidade formal — é um tipo de estratégia onde o conflito não está inscrito. A tentativa de conservar as relações entre os pais biológicos e os filhos manifesta-se pelo cumprimento daquilo que ficou estabelecido em relação ao poder paternal; não se verifica nestas configurações familiares relações de amizade ou grandes contactos entre os ex-cônjuges, nem entre os outros elementos das várias famílias; sobre as razões que levaram ao primeiro casamento, não apareceram referidos sentimentos de paixão ou de amor; estes primeiros casamento foram de curta ou média duração (entre seis e onze anos); os grupos domésticos identificados nesta estratégia localizam-se na burguesia empresarial e proprietária (sem qualificações académicas superiores) e na pequena burguesia de execução.

Estratégia de perenidade informal — esta estratégia refere-se àquela modalidade de estruturação familiar onde se inscrevem as relações pós-divórcio que são reguladas pelos próprios protagonistas do processo de recomposição, isto é, construídas à "margem da lei"; os primeiros casamentos foram de paixão e de amor e, na sua maioria, constituem para os próprios entrevistados um modelo perfeito de relacionamento entre os cônjuges; o relacionamento entre os ex-cônjuges inscreve-se numa linha de perpetuação da relação que nem o recasamento conseguiu fragilizar; o ex-cônjuge e o actual mantêm, por vezes, relações de amizade e as crianças circulam livremente pelas várias casas; estes grupos domésticos recompostos situam-se na burguesia dirigente e na burguesia intelectual e científica.

Conclusão

A análise dos principais indicadores demográficos permite concluir que ao longo das últimas décadas a família, em Portugal, sofreu importantes mutações. A baixa taxa de natalidade que num espaço de duas décadas se instalou e que ainda não deixou de diminuir constitui uma das principais evidências dessas mutações familiares. O número de casais sem filhos aumentou significativamente e nascem mais crianças fora do casamento, indícios de novas formas de viver a conjugalidade. Os Portugueses estão a casar menos e a contrair menor número de casamentos católicos. Casam também cada vez mais tarde, resultado do prolongamento do percurso escolar e do protelamento da entrada na vida activa. A taxa de divórcios, por seu turno, regista uma subida lenta, mas contínua. A par destas alterações verifica-se uma

outra, com grande impacte nas estruturas e nas relações familiares: a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho.

Quando comparamos Portugal com os países da Europa Central e do Norte, no plano da vida familiar, constata-se que acompanhamos, com diferenças temporais, as principais tendências evolutivas desses países, mas mantendo certas especificidades. Casamos mais, divorciamos-nos menos e, pela menor proporção de crianças nascidas fora do casamento, presumimos que ainda haja em Portugal uma mais baixa taxa de uniões conjugais não oficializadas. Também nos distinguimos destes países, aproximando-nos dos da Europa do Sul, no que respeita ao mais reduzido número de famílias de pessoas sós, ao significativo número de agregados domésticos complexos e à maior participação feminina na vida doméstica. Contudo, a nível dos papéis sociais femininos, afastamo-nos dos países da Europa do Sul nomeadamente na medida em que, nas duas últimas décadas, registamos das mais elevadas taxas de ocupação profissional feminina da União Europeia.

Regionalmente encontramos diferenças que, apesar de tenderem a atenuar-se, estão longe de apagar contrastes importantes que constituem um traço de distinção — entre o Norte e o Sul, o continente e as regiões autónomas, os grandes centros urbanos e as regiões rurais — nalguns modos de estruturação da vida familiar.

Por outro lado, vários trabalhos de sociologia da família portuguesa realizados nos últimos 20 anos dão grande atenção às relações entre famílias e meios sociais, entre estratégias familiares e contexto social de pertença do grupo doméstico. As pesquisas analisadas centram-se no estudo das famílias camponesas, das famílias operárias, das famílias de pequenos empresários e das famílias urbanas de meios populares e desfavorecidos, procurando perceber as diversas articulações da vida familiar com a esfera da produção económica, os papéis masculinos e femininos e as formas de poder no seio dos grupos domésticos, as interações familiares e respectivas mutações temporais, as estratégias familiares, as relações parentais e os modos de socialização dos filhos. Outras pesquisas, centrando-se particularmente nas crianças, procuraram analisar os modos de vida dos meninos de rua enquanto resultado de mecanismos estruturais de exclusão social; outras ainda procuraram identificar os tipos de maus tratos familiares infligidos às crianças.

Estes estudos têm contribuído para um conhecimento mais aprofundado da estrutura de classes existente em Portugal e, ao mesmo tempo, evidenciado a diversidade de situações familiares, nas formas e estruturas, nas posições e estratégias, nas práticas e interações, nos trajectos e destinos sociais, decorrentes dos diferentes meios sociais e lugares de classe em que os grupos domésticos se situam.

No plano dos valores e representações acerca da família e da conjugalidade, mantendo-se forte a valorização da importância da família na vida

tivo em relação à família do primeiro casamento; a estratégia de perenidade conflitual assemelha-se por vezes à de substituição, ou pelo menos está perto dela; este tipo de estratégia está subjacente à maioria dos processos de recomposição familiar das fracções de classe da pequena burguesia e da burguesia empresarial e proprietária com um nível de escolaridade que não ultrapassa um curso médio.

Estratégia de perenidade formal — é um tipo de estratégia onde o conflito não está inscrito. A tentativa de conservar as relações entre os pais biológicos e os filhos manifesta-se pelo cumprimento daquilo que ficou estabelecido em relação ao poder paternal; não se verifica nestas configurações familiares relações de amizade ou grandes contactos entre os ex-cônjuges, nem entre os outros elementos das várias famílias; sobre as razões que levaram ao primeiro casamento, não apareceram referidos sentimentos de paixão ou de amor; estes primeiros casamentos foram de curta ou média duração (entre seis e onze anos); os grupos domésticos identificados nesta estratégia localizam-se na burguesia empresarial e proprietária (sem qualificações académicas superiores) e na pequena burguesia de execução.

Estratégia de perenidade informal — esta estratégia refere-se àquela modalidade de estruturação familiar onde se inscrevem as relações pós-divórcio que são reguladas pelos próprios protagonistas do processo de recomposição, isto é, construídas à "margem da lei"; os primeiros casamentos foram de paixão e de amor e, na sua maioria, constituem para os próprios entrevistados um modelo perfeito de relacionamento entre os cônjuges; o relacionamento entre os ex-cônjuges inscreve-se numa linha de perpetuação da relação que nem o recasamento conseguiu fragilizar; o ex-cônjuge e o actual mantêm, por vezes, relações de amizade e as crianças circulam livremente pelas várias casas; estes grupos domésticos recompostos situam-se na burguesia dirigente e na burguesia intelectual e científica.

Conclusão

A análise dos principais indicadores demográficos permite concluir que ao longo das últimas décadas a família, em Portugal, sofreu importantes mudanças. A baixa taxa de natalidade que num espaço de duas décadas se instalou e que ainda não deixou de diminuir constitui uma das principais evidências dessas mudanças familiares. O número de casais sem filhos aumentou significativamente e nascem mais crianças fora do casamento, indícios de novas formas de viver a conjugalidade. Os Portugueses estão a casar menos e a contrair menor número de casamentos católicos. Casam também cada vez mais tarde, resultado do prolongamento do percurso escolar e do protelamento da entrada na vida activa. A taxa de divórcios, por seu turno, regista uma subida lenta, mas continua. A par destas alterações verifica-se uma

outra, com grande impacte nas estruturas e nas relações familiares: a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho.

Quando comparamos Portugal com os países da Europa Central e do Norte, no plano da vida familiar, constata-se que acompanhamos, com diferenças temporais, as principais tendências evolutivas desses países, mas mantendo certas especificidades. Casamos mais, divorciamos-nos menos e, pela menor proporção de crianças nascidas fora do casamento, presumimos que ainda haja em Portugal uma mais baixa taxa de uniões conjugais não oficializadas. Também nos distinguimos destes países, aproximando-nos dos da Europa do Sul, no que respeita ao mais reduzido número de famílias de pessoas sós, ao significativo número de agregados domésticos complexos e à maior participação feminina na vida doméstica. Contudo, a nível dos papéis sociais femininos, afastamo-nos dos países da Europa do Sul nomeadamente na medida em que, nas duas últimas décadas, registamos das mais elevadas taxas de ocupação profissional feminina da União Europeia.

Regionalmente encontramos diferenças que, apesar de tenderem a atenuar-se, estão longe de apagar contrastes importantes que constituem um traço de distinção — entre o Norte e o Sul, o continente e as regiões autónomas, os grandes centros urbanos e as regiões rurais — nalguns modos de estruturação da vida familiar.

Por outro lado, vários trabalhos de sociologia da família portuguesa realizados nos últimos 20 anos dão grande atenção às relações entre famílias e meios sociais, entre estratégias familiares e contexto social de pertença do grupo doméstico. As pesquisas analisadas centram-se no estudo das famílias camponesas, das famílias operárias, das famílias de pequenos empresários e das famílias urbanas de meios populares e desfavorecidos, procurando perceber as diversas articulações da vida familiar com a esfera da produção económica, os papéis masculinos e femininos e as formas de poder no seio dos grupos domésticos, as interacções familiares e respectivas mudanças temporais, as estratégias familiares, as relações parentais e os modos de socialização dos filhos. Outras pesquisas, centrando-se particularmente nas crianças, procuraram analisar os modos de vida dos meninos de rua enquanto resultado de mecanismos estruturais de exclusão social; outras ainda procuraram identificar os tipos de maus tratos familiares infligidos às crianças.

Estes estudos têm contribuído para um conhecimento mais aprofundado da estrutura de classes existente em Portugal e, ao mesmo tempo, evidenciado a diversidade de situações familiares, nas formas e estruturas, nas posições e estratégias, nas práticas e interacções, nos trajectos e destinos sociais, decorrentes dos diferentes meios sociais e lugares de classe em que os grupos domésticos se situam.

No plano dos valores e representações acerca da família e da conjugalidade, mantendo-se forte a valorização da importância da família na vida

dos indivíduos, sobressai a progressiva desvalorização da dimensão sacramental e institucional dos laços conjugais. Os inquéritos analisados dão conta de que os Portugueses declaram reconhecer verdadeira importância essencialmente ao modo como, em casal, as pessoas se relacionam.

Não quer isto dizer que a oficialização do casamento não continue a ocorrer em muitos casos. Já atrás vimos que as nossas taxas de nupcialidade permanecem das mais elevadas a nível europeu, resultado de uma conjugação de factores vários que procurámos enunciar, embora tendam a baixar. Além disso, o modo como é vivida a relação conjugal também tem vindo a mudar, desdobrando-se numa pluralidade de modelos, com reflexos, por sua vez, na forma como os casais encaram eventuais processos de divórcio.

No conjunto das mudanças e das diversidades que caracterizam a evolução da família em Portugal, começa a assumir alguma importância, pelo menos em certos contextos sociais, o fenómeno das recomposições familiares. Também aqui não se encontra uniformidade. Com efeito, são múltiplas as estratégias de recomposição familiar que se seguem à dissolução de alguns casamentos, assim como diversas as modalidades de relacionamento entre os elementos que compõem estas novas e complexas redes de parentesco.

O itinerário percorrido mostra como alguns dos principais estudos de sociologia da família realizados sobre a sociedade portuguesa fornecem contributos para uma compreensão mais aprofundada de um dos domínios mais transversais e mais complexos da vida social — a esfera da família. Nas últimas décadas, em Portugal, têm vindo a combinar-se, no âmbito das relações familiares, traços de modernidade e de tradicionalismo, no decurso de um processo continuado de mudanças estruturais e culturais e de diversificação de modelos e práticas.

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de (1984), *Do Campo à Cidade. O Impacto do Processo de Migração na Organização Interna da Família*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina.
- Almeida, Ana Nunes de (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, XXII (85), pp. 7-44.
- Almeida, Ana Nunes de (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina", *Análise Social*, XXII (92/93), pp. 493-520.
- Almeida, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família — Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida, Ana Nunes de, et al. (1995), "Os padrões recentes da fecundidade em Portugal", *Cadernos da Condição Feminina*, Lisboa, CIDM.
- Almeida, Ana Nunes de, e Maria das Dores Guerreiro (1993), "A família", in Luís de França, (org.), *Portugal — Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, IED.

- Almeida, Ana Nunes de, Isabel Margarida André e Helena Nunes de Almeida (1995), *Os Maus Tratos às Crianças em Portugal — Relatório 1.ª fase*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos — Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1990), "Famílias, estudantes, universidade: painéis de observação sociográfica", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso Português de Sociologia, Vol I, Lisboa, APS/Fragmentsos, pp. 129-150.
- Almeida, João Ferreira de, J. Machado Pais, A. Cardoso Torres, F. Luís Machado, P. Antunes Ferreira, J. Sedas Nunes (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures.
- Barreto, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, ICS, UL.
- Castro, José Luís dos Santos (1995), *Entre a tutela e a sobrevivência: contextos de socialização e trajectórias dos meninos de rua*, dissertação de mestrado em Sociologia da Família, Lisboa, ISCTE.
- Costa, António Firmino da, e Maria das Dores Guerreiro (1984), *O Trágico e o Contraste — o Fado no Bairro e Alfama*, Lisboa, D. Quixote.
- Employment in Europe*, Comissão Europeia, 1996, pp. 147 e seguintes.
- Ester, P., L. Halman e R. de Moor (1994), *The Individualising Society, Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Guerreiro, Maria das Dores (1986), *Mulheres do Fado, Fados de Mulher. Alfama: o Tecido Social, as Práticas Culturais e as Suas Protagonistas*, trabalho de síntese, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Lisboa, ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores (1993), "Parâmetros sociais da actividade empresarial", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. I.
- Guerreiro, Maria das Dores (1995), "Famille et travail au Portugal: la coexistence de différents dynamiques sociales", in Tineke Willemsen, Gerard Frinking, Ria Vogels (orgs.) (), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Knüppel, W. (1995), *Division of Labour in Families — Relevant Data Sources in Eurostat*, Tilburg, Tilburg University.
- Lobo, Cristina (1995), "Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 18.
- Lobo, Cristina (1995), *Recomposição Familiar: Dinâmicas e Trajectórias nas Famílias Compostas*, provas de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Lobo, Cristina (1996), "Padrões no quotidiano: estratégias de construção social do papel de padasto", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 19.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria*, Lisboa, Editorial Fragmentos.

- Lourenço, Nélson (1992), "Masculin-féminin. L'assymétrie de rôles et de trajectoires professionnelles", in Gref (org.), *Familles et contextes sociaux — les espaces et les temps de la diversité*, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 183-190.
- Machado, Fernando Luís, e Heloisa Perista (1997), "Femmes immigrées au Portugal: identités et différences", *Migrations Société*, IX (52), Julho-Agosto, pp. 91-103.
- Nunes, João Arriscado (1993), *As Teias da Família*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- O'Neill, Brian (1978), *Proprietários, Lavradores e Jornalheiros*, Lisboa, D. Quixote.
- Pais, José Machado (1985), "Família, sexualidade e religião", *Análise Social*, XXI (86).
- Pais, José Machado (1989), *et al.*, *A Juventude Portuguesa*, 8 vols., Lisboa, ICS.
- Pais, José Machado (coord.), *Jovens em Mudança, Growing up Between the Center and the Periphery*, Lisboa, Edições ICS da Universidade de Lisboa (no prelo).
- Roussel, Louis (1989), *La Famille incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- Rowland, Robert (1984), "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal", *Ler História*, pp. 13-32.
- Rowland, Robert (1997), *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora.
- Seabra, Teresa (1997), "Estratégias familiares de educação das crianças", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 23, pp. 49-71.
- Sebastião, João (1995), "Modos de vida marginais: o caso das crianças de rua de Lisboa", *Infância e Juventude*, 2, pp. 9-129.
- Théry, Irene (1985), "La référence à intérêt de l'enfant: usage judiciaire et ambigüités", in J. L. Bourguignon, *Du Divorce et des enfants*, Paris, PUF.
- Torres, Anália Cardoso (1992), "Fatalidade, culpa, desencontro — Formas da ruptura conjugal", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 11.
- Torres, Anália Cardoso (1995), *Trajectórias e Dinâmicas Conjugais*, relatório de pesquisa, JNICT.
- Torres, Anália Cardoso (1996a), "Casamento em Portugal — entre o sim e o porque não?", *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares*, Edições do ICS da Universidade de Lisboa.
- Torres, Anália Cardoso (1996b), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso, "Casar? Porque não? Práticas e perspectivas de jovens portugueses sobre o casamento e a família", in J. Machado Pais (coord.), *Jovens em Mudança, Growing up between the Center and the Periphery*, Edições ICS da Universidade de Lisboa (no prelo).
- Wall, Karin (1993), "Elementos sobre a sociologia da família em Portugal", *Análise Social*, 123/124, pp. 999-1009.
- Wall, Karin (1994), *La Fabrication de la vie familiale*, Genebra, Université de Genève.
- Wall, Karin, e Cristina Lobo (1997), "Famílias Monoparentais em Portugal", in *Actas do III Congresso de Sociologia*.